



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ – SEFAZ
Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Auditor Fiscal da Fazenda Estadual
Área de Conhecimento: Geral

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'E05', Tipo 002

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

TIPO-002

Nº do Documento _____

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA 2

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Vencer etapas é importante para o indivíduo buscar novos desafios.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, líquido corretivo, régua, borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**P2 – PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Tributário**

1. Determinado Projeto de Lei Complementar Federal (PLP) fictício pretende criar um novo Estado brasileiro, a partir do desmembramento de um dos Estados federados brasileiros já existentes, mas nem esse PLP, nem os demais diplomas legais relacionados a esse desmembramento, preveem qual será a legislação tributária aplicável ao novo Estado. Em razão disso, com base na disciplina estabelecida no Código Tributário Nacional, aplicar-se-á ao novo Estado, até que entre em vigor a legislação própria desse novo Estado, a mesma legislação vigente
 - (A) em Estado expressamente designado pelo Congresso Nacional, no decreto legislativo que homologar o desmembramento.
 - (B) em Estado expressamente indicado pelo Supremo Tribunal Federal, na decisão que julgar procedente o procedimento de desmembramento.
 - (C) no Distrito Federal.
 - (D) em Estado expressamente apontado pelo Senado Federal, na resolução que ratificar o desmembramento.
 - (E) no Estado do qual ele foi desmembrado.

2. De acordo com a disciplina estabelecida na Lei Complementar nº 214/2025, o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS)
 - (A) é uma entidade pública com caráter técnico, político e operacional, sob regime especial, com sede rotativa pelas capitais dos 26 Estados e foro no Distrito Federal, sem independência, orçamentária ou financeira, mas dotado de independência administrativa e técnica.
 - (B) poderá implementar, juntamente com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, soluções integradas para a futura administração e a cobrança do IBS e da CBS.
 - (C) é uma entidade pública com caráter técnico, político e operacional, sob regime especial, com sede e foro no Distrito Federal, sem independência administrativa, orçamentária ou financeira, mas dotado de independência técnica.
 - (D) terá sua atuação caracterizada pela estreita vinculação, tutela e subordinação hierárquica à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
 - (E) observará o princípio da publicidade, mediante veiculação de seus atos normativos, exclusivamente por meio eletrônico, disponibilizado na internet, ou pelo Diário Oficial da União.

3. A Lei Ordinária do ITCMD de determinado Estado brasileiro foi alterada, com a intenção de proporcionar aumento da arrecadação desse imposto. A principal alteração foi a redefinição, por meio dessa lei, do contrato de compra e venda. De acordo com o novo texto legal, o contrato de compra e venda por meio do qual **A** vende um bem para **B** passou a ser considerado como dois contratos de doação, em que **A** doa o bem para **B** e **B** doa dinheiro para **A**. De acordo com o Código Tributário Nacional, essa alteração
 - (A) não poderia ter sido feita, porque a lei tributária não pode alterar definição, conteúdo e alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizado expressamente pela Constituição Federal, para definir competência tributária.
 - (B) não poderia ter sido feita, porque apenas a lei complementar federal pode alterar definição, conteúdo e alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizado expressamente pela Constituição Federal, para definir competência tributária.
 - (C) poderia ser feita, desde que por meio de convênio firmado por todos os Estados brasileiros, pois somente nesse caso é possível alterar definição, conteúdo e alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizado expressamente pela Constituição Federal, para definir competência tributária.
 - (D) não poderia ter sido feita por um Estado, isoladamente, mas poderia ter sido feita por meio de lei complementar, desde que tivesse havido, concomitantemente, as devidas adaptações no Código Civil Brasileiro.
 - (E) poderia ser feita, desde que por meio de convênio firmado por, pelo menos, quatro quintos dos Estados brasileiros, pois somente nesse caso é possível alterar definição, conteúdo e alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizado expressamente pela Constituição Federal, para definir competência tributária.

4. Em conformidade com o que estabelecia a legislação de determinado imposto, o contribuinte, na época devida, prestou à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento pela referida autoridade. Depois de algumas semanas, porém, o contribuinte deu-se conta de que algumas das informações prestadas continham erro, e esse erro acarretaria o pagamento do imposto em montante inferior ao efetivamente devido. Em razão disso, seria necessário efetuar a retificação das informações prestadas.

Tendo como base a situação descrita acima e a disciplina do Código Tributário Nacional acerca dessa questão,

 - I. os erros contidos nas informações prestadas e apuráveis pelo seu exame devem ser retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.
 - II. a retificação das informações prestadas, por iniciativa do próprio declarante, só é admissível, neste caso, mediante comprovação do erro em que se funde.
 - III. a retificação das informações prestadas, por iniciativa do próprio declarante, neste caso, não é admissível depois de notificado o lançamento.

Está correto o que se afirma em

 - (A) III, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, apenas.
 - (E) I, II e III.



5. O Grupo Serra da Capivara, com sede em Teresina/PI, é composto por várias empresas, inclusive pelo posto de combustíveis SERRANO e pela empresa de transporte municipal de passageiros CAPIVARENSE, todos localizados no Município de Teresina/PI.

Tanto o posto de combustíveis como a empresa prestadora de serviços de transporte municipal adquirem gasolina, etanol hidratado e óleo diesel de empresas fornecedoras localizadas no Estado da Bahia, sendo que o posto de combustíveis adquire essas mercadorias para comercializá-las, enquanto a empresa de transporte os adquire para abastecer os veículos utilizados na prestação de serviços.

Considerando as informações fornecidas e tendo em conta a disciplina estabelecida pela Lei Complementar nº 87/1996, o fato gerador do ICMS em favor do Estado do Piauí

- (A) ocorre no momento da entrada da gasolina, do óleo diesel e do etanol hidratado no estabelecimento do posto de combustíveis.
- (B) ocorre no momento da entrada da gasolina no estabelecimento da empresa prestadora de serviço de transportes.
- (C) ocorre no momento da entrada da gasolina e do óleo diesel no estabelecimento do posto de combustíveis.
- (D) não ocorre no momento da entrada da gasolina e do óleo diesel no Estado do Piauí, relativamente às aquisições feitas pelo posto de combustíveis.
- (E) não ocorre no momento da entrada do óleo diesel e do etanol hidratado no Estado do Piauí, relativamente às aquisições feitas pela empresa transportadora.

6. Determinado Código Tributário Estadual (CTE), que praticamente reproduzia o Código Tributário Nacional (CTN), acrescentou, no artigo que arrola as hipóteses de extinção do crédito tributário, uma hipótese nova de extinção, não contemplada no CTN: o *perdão cívico do crédito tributário*, que se destinava a todos os contribuintes que houvessem doado fundos para a campanha do então governador.

De acordo com esse CTE, caberia à autoridade julgadora monocrática, nos processos administrativos tributários, aplicar esse perdão aos contribuintes doadores de campanha, ficando o referido perdão limitado ao montante da doação comprovadamente efetuada.

De acordo com o Código Tributário Nacional, caso essas autoridades julgadoras aplicassem a regra do perdão cívico, elas

- (A) deveriam comunicar o fato ao Ministério Público, de ofício, para verificação da existência de eventual crime de sonegação fiscal ou contra a ordem tributária.
- (B) deveriam encaminhar o processo para apreciação do plenário do órgão julgador.
- (C) ficariam sujeitas à responsabilização funcional na forma da lei.
- (D) deveriam recorrer de ofício da aplicação dessa norma.
- (E) poderiam comunicar o fato ao Ministério Público, de ofício, para ratificação do procedimento de perdão, dependendo do montante do valor perdoado.

7. Determinado imposto é lançado por homologação, em razão de previsão legal expressa. O contribuinte, porém, ao efetuar o lançamento por homologação, foi omissivo em vários pontos e inexato em outros, dando ensejo, com isso, a que a Fazenda Pública efetuasse, de ofício, a revisão desse lançamento. Ao proceder ao lançamento de ofício, a autoridade fiscal indicou como sujeitos passivos, no instrumento que materializou o lançamento de ofício, não só contribuinte, mas também os responsáveis tributários identificados por essa autoridade. De acordo com a disciplina do Código Tributário Nacional, essa autoridade

- (A) deveria apenas ter notificado o contribuinte a retificar, no prazo de 90 dias, as omissões e as inexatidões verificadas em seu lançamento por homologação, não cabendo substituí-lo por lançamento de ofício, com a inclusão de responsáveis solidários.
- (B) não poderia ter identificado, no instrumento de lançamento de ofício, os responsáveis tributários, pois só há previsão de identificação desses responsáveis tributários no momento de uma eventual execução fiscal.
- (C) não poderia ter efetuado o lançamento de ofício, pois omissões e/ou inexatidões no lançamento por homologação não servem de fundamento para a revisão deste lançamento por meio de lançamento de ofício.
- (D) só poderia ter identificado os responsáveis tributários, no instrumento de lançamento de ofício, se ela não pudesse identificar o contribuinte ou não tivesse conseguido identificá-lo.
- (E) poderia inserir no instrumento de lançamento de ofício, como de fato o fez, as pessoas do contribuinte e dos responsáveis tributários, pois um dos elementos do lançamento consiste em identificar o sujeito passivo, de modo geral.

8. De acordo com Lei Complementar nº 24/1975, no tocante ao ICMS, é necessária a celebração de convênio entre as unidades federadas para

- (A) devolução total, direta ou indireta, do tributo ao contribuinte; concessão e revogação de isenções; redução da base de cálculo; e concessão de créditos presumidos.
- (B) redução da base de cálculo; concessão de créditos presumidos; alteração da alíquota interna do ICMS, de 18% para 16%; e devolução total, direta ou indireta, do tributo ao contribuinte.
- (C) concessão e revogação de isenções; devolução total, direta ou indireta, do tributo ao contribuinte; concessão de créditos presumidos; e alteração da alíquota interna do ICMS, de 18% para 16%.
- (D) devolução total, direta ou indireta, do tributo ao contribuinte; alteração da alíquota interna do ICMS, de 18% para 16%; redução da base de cálculo; e concessão e revogação de isenções.
- (E) alteração da alíquota interna do ICMS, de 18% para 16%; concessão e revogação de isenções; concessão de créditos presumidos; e redução da base de cálculo.



9. A Emenda Constitucional nº 132/2023, referente à reforma tributária, outorgou competência para a instituição do IBS e da CBS. De acordo com essa Emenda, lei complementar deve dispor sobre
- I. a forma, o prazo e o limite de valor para ressarcimento de créditos acumulados pelo contribuinte.
 - II. as hipóteses de devolução do imposto a pessoas físicas, inclusive os limites e os beneficiários, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.
 - III. a forma de desoneração da aquisição de bens de capital pelos contribuintes, que poderá ser implementada por meio de crédito integral e imediato do imposto, diferimento ou redução em até 50% (cinquenta por cento) das alíquotas do imposto.
 - IV. as hipóteses de diferimento e desoneração do imposto aplicáveis aos regimes aduaneiros especiais e às zonas de processamento de exportação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

10. Suponha que a Lei estadual nº 55 hipotética tenha criado uma nova hipótese de incidência do ITCMD, relativamente à doação de bem móvel, definindo também penalidade específica para quem a infringisse. Por desconhecer o conteúdo dessa lei, Joaquim deixou de pagar o imposto devido quando efetuou essa doação. Durante os anos que se seguiram à prática infracional, o referido Estado aumentou e diminuiu a alíquota do imposto referente a essa modalidade de doação, bem como o percentual da penalidade aplicável à infração correspondente.

Antes de transcorrido o prazo decadencial, porém, a Fazenda Pública desse Estado apurou o cometimento da infração por Joaquim e promoveu, em nome dele, o lançamento de ofício do tributo devido e da correspondente penalidade pecuniária. Joaquim apresentou defesa administrativa e, antes de ser proferida a decisão final do processo administrativo tributário, foi publicada a lei estadual nº 125, revogando por inteiro a lei estadual nº 55.

De acordo com as informações fornecidas e com o Código Tributário Nacional,

- (A) no momento da prolação da decisão final, no processo administrativo tributário, nem o imposto nem a penalidade poderiam mais ser exigidos.
- (B) no momento da prolação da decisão final, no processo administrativo tributário, o imposto ainda poderia ser exigido, dependendo do conteúdo da decisão, mas a penalidade não era mais exigível.
- (C) o lançamento do tributo e da penalidade deveriam ser feitos, respectivamente, com base na menor alíquota de imposto e no menor percentual de penalidade que estiveram vigentes entre a data da infração e a formalização do lançamento de ofício.
- (D) no momento da prolação da decisão final, no processo administrativo tributário, tanto o imposto como a penalidade pecuniária ainda poderiam ser exigidos, dependendo do conteúdo da decisão.
- (E) o lançamento do tributo e da penalidade deveriam ser feitos com base na legislação vigente na data da formalização do lançamento tributário.

11. Um Projeto de Lei Complementar Federal (PLP) fictício pretende transformar a Ilha do Bananal em um novo Estado brasileiro, denominado *Estado Javaés-Araguaia*. Não se chegou, todavia, a um acordo para se determinar se esse Estado será ou não dividido em Municípios. Caso o novo *Estado de Javaés-Araguaia*

- (A) venha ou não a ser dividido em Municípios, competirá à União instituir, cumulativamente, os tributos atribuídos aos Estados e aos Municípios, até que a receita desses tributos venha a cobrir os custos incorridos para a criação do novo Estado.
- (B) não venha a ser dividido em Municípios, competirá à União instituir, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios.
- (C) não venha a ser dividido em Municípios, competirá aos Estados instituir, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios.
- (D) venha ou não a ser dividido em Municípios, competirá à União instituir, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios, até que a receita desses impostos venha a cobrir os custos incorridos para a criação do novo Estado.
- (E) venha a ser dividido em Municípios, competirá à União instituir os impostos atribuídos aos Municípios, durante o período de criação desses Municípios.



12. A pizzaria Napoli Indimenticabile, localizada em Parnaíba/PI, possui um espaço para servir pizzas aos clientes que desejam se alimentar no próprio estabelecimento, mas também trabalha pelo sistema de *delivery*, fazendo entregas de pizzas nas residências de seus clientes ou nos locais indicados por esses clientes. A entrega das pizzas é feita por empresa terceirizada, que atua apenas no perímetro urbano do Município de Parnaíba.

Tendo em conta as informações fornecidas e a disciplina estabelecida na Lei Complementar nº 87/1996, ocorre o fato gerador do ICMS, relativamente

- (A) às mercadorias, apenas no momento do fornecimento das pizzas aos clientes, relativamente àquelas consumidas no próprio estabelecimento, e, relativamente à prestação de serviço de transporte (*delivery*), no momento do início dessa prestação.
- (B) à prestação de serviço de transporte (*delivery*), no momento do início dessa prestação.
- (C) às mercadorias, no momento da saída das pizzas do estabelecimento, relativamente àquelas que serão entregues aos clientes, e do fornecimento das pizzas aos clientes, relativamente àquelas consumidas no próprio estabelecimento.
- (D) às mercadorias, no momento da emissão do documento fiscal, seja em relação às pizzas entregues por meio da prestação do serviço de *delivery*, seja em relação às pizzas consumidas no próprio estabelecimento.
- (E) à prestação de serviço de transporte (*delivery*), no momento do ato final do transporte, com a entrega da pizza ao adquirente.
-
13. A empresa DD&J, contribuinte do ICMS, deixou de pagar esse imposto, em razão de não terem sido lançados, em sua escrita fiscal, alguns documentos de sua emissão, com débito do imposto. Ao perceber o erro cometido, a referida empresa procurou sanear a irregularidade, comunicando esse fato à Fazenda Pública Estadual, pelos meios previstos na lei do referido estado, e efetuando o pagamento do tributo devido, acrescido dos juros de mora correspondentes. De acordo com a disciplina do Código Tributário Nacional, esse procedimento do contribuinte caracteriza
- (A) a desistência voluntária, que acarreta a exclusão da responsabilização por crime de sonegação fiscal e/ou contra a ordem tributária, desde que o contribuinte pague integralmente a penalidade pecuniária devida, para evitar a caracterização de dolo, fraude ou simulação.
- (B) a autorregularização da infração, que acarreta a exclusão parcial da responsabilidade do contribuinte pela infração cometida, desde que, quando feita após o início da ação fiscal, a denúncia esteja acompanhada de atualização monetária e do pagamento da penalidade pecuniária correspondente, com redução de 75%.
- (C) o arrependimento eficaz, que acarreta a exclusão parcial da responsabilidade do contribuinte pela infração cometida, desde que o contribuinte infrator efetue o pagamento da penalidade pecuniária correspondente, com redução de 50%.
- (D) a denúncia espontânea da infração, que acarreta a exclusão da responsabilidade do contribuinte pela infração cometida, desde que essa denúncia tenha sido apresentada antes do início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
- (E) o arrependimento tempestivo, que acarreta a exclusão parcial da responsabilidade do contribuinte pela infração cometida, desde que o contribuinte infrator efetue o pagamento da penalidade pecuniária correspondente, com redução de 75%.

14. Durante a realização de operações relativas ao trânsito de mercadorias pelas rodovias do Estado do Piauí, as autoridades fiscais estaduais abordaram um caminhão que transportava mercadorias e, ao solicitar ao motorista a apresentação da documentação que deveria documentar o referido trânsito, foi informada de que essa documentação havia sido extraviada na última parada feita por ele. Indagado sobre os dados identificativos dos estabelecimentos remetente e destinatário dessa mercadoria, e de suas respectivas localizações, o motorista respondeu que não se recordava, mas que podia afirmar que retirou as mercadorias em estabelecimento localizado no Ceará e que iria entregá-los em estabelecimento localizado no Maranhão.

As referidas autoridades fiscais, à mingua de comprovação da emissão de documento fiscal com débito do imposto, depois de constatar que a operação realizada com as referidas mercadorias seria tributável, tomaram as providências legais relativas à irregularidade constatada (transporte de mercadoria desacompanhada de documento fiscal). Com suporte à Lei Complementar nº 87/1996, as autoridades fiscais deverão

- (A) proceder ao lançamento do ICMS devido em favor do Estado do Piauí, porque a mercadoria foi encontrada nesse Estado, em situação irregular, pela falta de documento fiscal no seu transporte.
- (B) proceder ao lançamento do ICMS devido em favor do Estado do Ceará, com base na declaração do motorista de que as mercadorias foram remetidas por estabelecimento localizado naquele Estado.
- (C) abster-se de proceder ao lançamento do ICMS devido em favor de qualquer Estado, enquanto não for realizada diligência cujo resultado identifique, sem margem de dúvida, o estabelecimento de origem da mercadoria remetida.
- (D) proceder ao lançamento do ICMS devido em favor do Estado do Maranhão, com base na declaração do motorista de que as mercadorias deveriam se entregues em estabelecimento localizado naquele Estado.
- (E) abster-se de proceder ao lançamento do ICMS devido em favor de qualquer Estado, enquanto não for realizada diligência cujo resultado identifique, sem margem de dúvida, o estabelecimento de destino da mercadoria remetida.



15. Os parágrafos 11 e 12 do artigo 85 da Resolução nº 140/2018 do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) contemplam as seguintes regras, autorizando práticas de autorregularização:

"Art. 85 – ...

...

§ 11. Sem prejuízo de ação fiscal individual, as administrações tributárias poderão utilizar procedimento de notificação prévia com o objetivo de incentivar a autorregularização, que, neste caso, não constituirá início de procedimento fiscal. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 34, § 3º)

§ 12. As notificações para regularização prévia poderão ser feitas por meio do Portal do Simples Nacional, facultada a utilização do Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN) de que trata o art. 122, e deverão estabelecer prazo de regularização de até 90 (noventa) dias."

De acordo com as informações fornecidas e com o estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006, relativamente à micro-empresa e à empresa de pequeno porte, verifica-se que os referidos dispositivos regulamentares estão em

- (A) sintonia com o estabelecido na referida Lei Complementar, quando preveem a possibilidade realização de autorregularização e estipulam o prazo em que ela deve ser feita, mas estão em dissintonia com a Lei Complementar, quando preveem forma diversa da estabelecida no seu texto.
- (B) sintonia com o estabelecido na referida Lei Complementar, quando preveem a possibilidade de realização de autorregularização, mas estão em dissintonia com ela, ao estipularem forma e prazo diversos daqueles nela previstos.
- (C) total dissintonia com o estabelecido na referida Lei Complementar, pois ela veda expressamente a possibilidade de realização de autorregularização quando o contribuinte estiver enquadrado nesse regime.
- (D) sintonia com o estabelecido na referida Lei Complementar, quando preveem a possibilidade de realização de autorregularização e estipulam a forma como ela deve ser feita, mas estão em dissintonia com a Lei Complementar, quando preveem prazo diverso do estabelecido no seu texto.
- (E) sintonia com o estabelecido na referida Lei Complementar, tanto em relação à possibilidade de realização de autorregularização, como em relação à estipulação da forma de notificação e do prazo para que ela seja realizada.

Legislação Tributária Estadual

16. Auditor Fiscal da Fazenda Estadual do Piauí procedeu à lavratura de auto de infração, em 23 de dezembro de 2024 (menos de dez dias antes da consumação do prazo decadencial), em nome de pessoa jurídica, sujeito passivo piauiense, e procedeu à sua intimação pessoal para que tomasse as providências cabíveis, no prazo legal, para liquidar o crédito tributário ou apresentar defesa contra a exigência formulada. Essa intimação ocorreu na repartição fiscal da localidade de domicílio do sujeito passivo e este passou recibo de que estava recebendo o referido documento.

Dias depois, esse sujeito passivo apresentou impugnação contra o auto de infração lavrado e alegou, dentre outras coisas, a nulidade da referida intimação, porque ela deveria ter sido feita por meio do Domicílio Tributário Eletrônico – DTe do sujeito passivo ou, na impossibilidade de uso dessa via, deveria ter sido feita por edital.

Instado a se manifestar nos autos do processo, o referido Auditor argumentou que

- I. efetuou a intimação pessoalmente, com base nos critérios da conveniência e oportunidade, como lhe faculta a lei, pois, se tivesse utilizado outras formas de intimação, a decadência poderia se consumir, já que faltavam apenas poucos dias para o final do exercício de 2024, que era o último do prazo decadencial.
- II. os meios de intimação previstos na Lei estadual nº 6.949/2017 não estão sujeitos à ordem de preferência, nem ao esgotamento de suas modalidades, razão pela qual ele poderia ter efetuado a intimação da maneira como de fato a efetuou.
- III. essa forma de intimação não trouxe prejuízo à defesa, pois o sujeito passivo ainda continuará a ter o prazo de 30 dias úteis para impugnar o lançamento de ofício efetuado.

De acordo com as informações fornecidas e as regras da Lei estadual nº 6.949/2017 acerca dessa matéria, verifica-se que os esclarecimentos prestados pelo referido Auditor Fiscal encontram suporte na referida lei, relativamente ao(s) item(itens)

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.



17. Tomaso, domiciliado em Teresina/PI, faleceu em abril de 2025 e deixou apenas uma fazenda com 1.200 cabeças de gado, localizada em Baixa Grande do Ribeiro/PI. Seus únicos herdeiros são seus filhos Lucca, domiciliado em Monsenhor Gil/PI, Pietro, domiciliado em Brasília/DF, e Giovanna, domiciliada em São Paulo/SP. O quinhão de cada irmão foi composto pela terça parte da fazenda e por 400 cabeças de gado. Lucca, porém, renunciou ao seu quinhão de herança em favor de sua irmã.
- De acordo com as informações fornecidas e em conformidade com a disciplina estabelecida na Lei estadual nº 4.261/1989, Lucca
- (A) não é contribuinte do ITCMD em relação à transmissão *causa mortis*, por ter renunciado à herança, mas Giovanna é contribuinte do ITCMD devido ao Estado do Piauí, em relação à transmissão do quinhão de herança, que se operou em razão da renúncia de Lucca.
 - (B) é contribuinte do ITCMD devido ao Estado do Piauí em razão da transmissão *causa mortis* e também é contribuinte do ITCMD devido ao Estado do Piauí, em relação à transmissão do quinhão de herança, que se operou em razão de sua renúncia.
 - (C) não é contribuinte do ITCMD em relação à transmissão *causa mortis*, por ter renunciado à herança, mas Giovanna é contribuinte do ITCMD devido ao Estado da Bahia, em relação à transmissão do quinhão de herança, que se operou em razão da renúncia de Lucca.
 - (D) é contribuinte do ITCMD devido ao Estado do Piauí em razão da transmissão *causa mortis*, mas Giovanna é contribuinte do ITCMD devido ao Estado do Piauí, em relação à transmissão do quinhão de herança, que se operou em razão da renúncia de Lucca.
 - (E) não é contribuinte do ITCMD em relação à transmissão *causa mortis*, por ter renunciado à herança, mas é contribuinte do ITCMD devido ao Estado do Piauí, em relação à transmissão do quinhão de herança, que se operou em razão de sua renúncia.
-
18. Décio, Auditor Fiscal da Fazenda Estadual do Piauí, encaminhou, em 10 de janeiro de 2025, uma sexta-feira, por meio do Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e, a intimação da lavratura de auto de infração em nome da empresa comercial Super Comércio Ltda., localizada em Altos/PI, pois ela se encontra credenciada para receber comunicações por esse meio. Os representantes legais da referida empresa, todavia, só consultaram o teor da referida intimação em 5 de fevereiro de 2025.
- Com base nas informações fornecidas, na não ocorrência de feriados ou recessos, e na disciplina estabelecida no Regulamento do ICMS do Estado do Piauí, aprovado pelo Decreto estadual nº 21.866/2023, o primeiro dia do prazo para o contribuinte pagar o débito fiscal reclamado no auto de infração, ou para apresentar impugnação, foi
- (A) 28 de janeiro de 2025.
 - (B) 5 de fevereiro de 2025.
 - (C) 13 de janeiro de 2025.
 - (D) 27 de janeiro de 2025.
 - (E) 14 de janeiro de 2025.
-
19. Em 2024, Afonso, domiciliado em Barras/PI, adquiriu para seu próprio uso um veículo automotor importado diretamente da França, pelo valor de R\$ 120.250,00, valor constante do documento relativo ao desembaraço aduaneiro e resultante da conversão em reais do seu preço em euros, mas Afonso teve de pagar, também, os tributos incidentes sobre essa importação e outras despesas devidas, relacionadas com essa importação.
- Ana, esposa de Afonso, gostou tanto do referido veículo, que sua microempresa de produtos de limpeza resolveu comprar um veículo automotor igual, para uso de seus funcionários, em concessionária e importadora de veículos estabelecida em Picos/PI.
- Com base nas informações fornecidas e na Lei estadual nº 4.548/1992, a base de cálculo do IPVA relativamente à
- (A) importação efetuada por Afonso, é o valor constante do documento relativo ao desembaraço aduaneiro, mas sem inclusão dos tributos devidos e das demais despesas devidas relacionadas com a importação.
 - (B) importação efetuada por Afonso, é o valor constante do documento relativo ao desembaraço aduaneiro, acrescido dos tributos, mas sem inclusão das demais despesas devidas relacionadas com a importação.
 - (C) compra efetuada pela empresa de Ana, é o valor constante na Nota Fiscal de venda à microempresa (consumidora final) acrescido dos tributos e da margem de lucro da empresa importadora, mas sem inclusão das demais despesas devidas relacionadas com a importação.
 - (D) importação efetuada por Afonso, é o valor constante do documento relativo ao desembaraço aduaneiro, acrescido dos tributos e demais gravames devidos.
 - (E) compra efetuada pela empresa de Ana, é o valor constante do documento relativo ao desembaraço aduaneiro, acrescido dos tributos e da margem de lucro da empresa importadora, mas sem inclusão das demais despesas devidas relacionadas com a importação.



20. A Lei estadual nº 4.254/1988 traz a disciplina relativa à exigência de taxas estaduais e à sua fiscalização. De acordo com essa lei,
- (A) nos Municípios com mais de 30.000 habitantes, a cobrança da taxa de serviço de prevenção e extinção de incêndio somente será feita pelo Município, mediante celebração de convênio, tendo por base o correspondente cadastro predial.
 - (B) a não exigência de taxa estadual implicará na responsabilidade solidária do funcionário e da autoridade omissos.
 - (C) a exigência do pagamento das taxas estaduais compete, exclusivamente, aos Agentes Fiscais da Fazenda Estadual, sendo permitida a delegação a autoridade judicial.
 - (D) a fiscalização do pagamento das taxas é de competência concorrente da Secretaria de Fazenda e de outra Secretaria de Estado em razão da qual a taxa tenha sido cobrada, e será exercida, exclusivamente, por funcionários nelas lotados.
 - (E) o servidor encarregado de lavrar ato sujeito à incidência de taxa deverá exigir a apresentação do comprovante do recolhimento do tributo em duas vias, retendo uma delas e restituindo a outra ao contribuinte, ou, alternativamente, desde que possível, efetuar a verificação do ingresso do recurso de arrecadação do Estado.

21. Samuel e Eliana, Auditores Fiscais da Fazenda Estadual do Piauí, compareceram ao estabelecimento da Confeção Serra da Capivara Ltda., localizado em Teresina/PI, para fiscalizá-lo.

Depois de se identificarem ao Sr. Genésio, seu sócio proprietário, exibindo-lhe sua identidade funcional, intimaram-no a lhes franquear todas as dependências do estabelecimento, bem como veículos, cofres e outros móveis que lá houvesse, sendo que a referida intimação também determinava que se lhes exibissem alguns livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e fiscais.

Diante da recusa do Sr. Genésio em dar cumprimento à referida intimação, alegando que eles não tinham mandado judicial para dar suporte a essa intimação, Samuel sugeriu a Eliana que buscassem auxílio da força pública estadual para efetivarem as medidas acauteladoras de interesse do Fisco, mas sua colega discordou e sugeriu que dessem início imediato à lacração dos bens móveis, onde poderiam estar guardados documentos de interesse do fisco, lavrando, em seguida, termo desse procedimento e deixando cópia dele com o Sr. Genésio.

Feito isso, Samuel e Eliana comunicaram ao Sr. Genésio que a exibição dos documentos eventualmente existentes no interior dos bens lacrados seria feita judicialmente e, antes de concluir seus trabalhos, procederam à lavratura de auto de infração, em nome da empresa Confeção Serra da Capivara Ltda., por embaraço à fiscalização.

Diante das informações fornecidas e da disciplina estabelecida na Lei estadual nº 4.257/1989,

- I. cabe razão ao Sr. Genésio, quando afirma que não estava obrigado a lhes franquear todas as dependências do estabelecimento, bem como veículos, cofres e outros móveis que lá se encontravam, sem que houvesse ordem judicial nesse sentido.
- II. Samuel e Eliana poderiam ter solicitado auxílio da força pública estadual, caso achassem necessário, para a efetivação das medidas acauteladoras de interesse do Fisco.
- III. os dois Auditores não poderiam ter procedido à lacração dos bens móveis onde poderiam estar guardados documentos de interesse do fisco, pois não há previsão legal que dê suporte a esse procedimento.
- IV. Samuel e Eliana agiram dentro dos limites da lei, quando procederam à lavratura de auto de infração em nome da empresa Confeção Serra da Capivara Ltda., por embaraço à fiscalização, em razão de o Sr. Genésio não ter cumprido a intimação que lhe foi feita.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) II e IV.
22. Por determinação de Auditor Fiscal da Fazenda Estadual do Piauí, o contribuinte JT&TJ foi intimado, pessoalmente, mediante recibo de entrega da intimação, às 14h de uma segunda-feira, a apresentar, no prazo de 72 horas, na repartição fiscal de sua jurisdição, 10 documentos fiscais relacionados com operações sujeitas ao ICMS. De acordo com a disciplina estabelecida pelo Decreto estadual nº 18.561/2019 e considerando que terça-feira não era dia não útil, por ser feriado, que quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira e segunda-feira da semana seguinte eram dias de expediente normal, e, ainda, que os sábados e os domingos sempre são dias não úteis, o referido prazo teve início
- (A) à zero hora da quarta-feira e terminou à zero hora da segunda-feira da semana seguinte, 72ª hora útil posterior àquela em que a intimação foi feita.
 - (B) às 14 horas da quarta-feira e terminou às 14 horas da segunda-feira da semana seguinte, 72ª hora útil posterior àquela em que a intimação foi feita.
 - (C) de imediato e terminou às 14 horas da quinta-feira da mesma semana, 72ª hora posterior àquela em que a intimação foi feita.
 - (D) às 14 horas da terça-feira e terminou às 14 horas da sexta-feira da mesma semana, 72ª hora posterior àquela em que a intimação foi feita.
 - (E) de imediato e terminou às 14 horas da sexta-feira da mesma semana, 72ª hora útil posterior àquela em que a intimação foi feita.



23. Jonas, domiciliado e residente em Floriano/PI, é um empresário de sucesso e proprietário de grande empresa concessionária de veículos, localizada no mesmo Município piauiense. Esta empresa importa e vende veículos novos e usados, nacionais e importados.

No início de abril de 2025, Jonas, na condição de pessoa natural (pessoa física), importou, para seu uso particular, veículo novo fabricado na Itália. Na mesma data, Jonas decidiu que sua concessionária de veículos importaria 5 veículos fabricados na China e 4 veículos fabricados no Japão, com a finalidade de revendê-los todos no Piauí, e importaria, também, na qualidade de consumidor final, um veículo fabricado nos Estados Unidos, com a finalidade específica de que este veículo seja integrado ao ativo permanente da empresa, para servir a seus diretores.

Todos os veículos chegaram ao Brasil no início de maio de 2025 e seu desembaraço aduaneiro foi feito na primeira semana desse mês de maio. Um dos veículos chineses, porém, originariamente destinado à revenda, acabou sendo integrado ao ativo permanente, no início de junho de 2025, para ser utilizado para *test drive*.

De acordo com as informações fornecidas, bem como a disciplina estabelecida pela Lei estadual nº 4.548/1992, na data do desembaraço aduaneiro ocorreu o fato gerador do IPVA relativo

- I. ao veículo fabricado na Itália.
- II. a cada um dos veículos fabricados no Japão.
- III. ao veículo fabricado nos Estados Unidos.
- IV. ao veículo fabricado na China, que foi integrado ao ativo permanente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II e III.
 - (E) I e IV.
-
24. O Regulamento do ICMS do Estado do Piauí, aprovado pelo Decreto estadual nº 21.866/2023, contempla disciplina referente às infrações passíveis de cometimento pelo sujeito passivo e estabelecem diversas regras a esse respeito. De acordo com essa disciplina,
- (A) a constatação, pelo Fisco, de suprimento de caixa, sem a comprovação da origem dos recursos, dá ensejo à presunção de ocorrência de subfaturamento de operações ou prestações.
 - (B) o pagamento da multa não exime o infrator do cumprimento das exigências regulamentares que a tiverem determinado.
 - (C) quando for apurado, em um mesmo processo de fiscalização, a prática de mais de uma infração por uma mesma pessoa, natural ou jurídica, aplicar-se-á a pena mais gravosa, acrescida do percentual de 50%.
 - (D) caso se apurem, no processo de fiscalização, infrações cometidas por mais de uma pessoa, será imposta a cada uma delas, solidariamente, a pena mais grave que for aplicável a qualquer dos partícipes do procedimento infracional.
 - (E) o pagamento da multa não dispensa a exigência do imposto devido, exceto quando o montante da multa representar mais do dobro do valor do imposto devido.

25. Eribelto, em seu testamento, feito em 2020, estabeleceu cláusula de fideicomisso em favor do primeiro filho ou filha que sua irmã Marieta viesse eventualmente a ter, nomeando Guilherme, seu outro filho, como fiduciário. O objeto do referido fideicomisso era um imóvel localizado na cidade de Parnaíba/PI, com valor equivalente a 148.000 UFR-PI, sendo que o fideicomissário teria direito de receber o referido imóvel em transmissão na data em que completasse um ano de idade.

Eribelto faleceu em 2022 e o primeiro filho de Marieta nasceu em 05 de abril de 2024, tendo completado um ano em 05 de abril de 2025, data em que passou a fazer jus ao recebimento do referido imóvel. Ocorre, porém, que, em 2025, o valor do referido imóvel já não era de 148.000 UFR-PI, mas de 160.000 UFR-PI.

Com base apenas nas informações fornecidas e na disciplina estabelecida pela Lei estadual nº 4.261/1989, o valor do ITCMD devido em razão da substituição fideicomissária ocorrida em 05 de abril de 2025 foi equivalente a

- (A) 8.880 UFR-PI.
- (B) 6.000 UFR-PI.
- (C) 5.720 UFR-PI.
- (D) 6.400 UFR-PI.
- (E) 5.520 UFR-PI.



26. De acordo com a Lei estadual nº 4.257/1989, que disciplina a cobrança de ICMS no Estado do Piauí, é VEDADA a apropriação, a título de crédito fiscal, em relação a
- (A) mercadoria recebida para comercialização ou prestação de serviços, quando a saída ou a prestação subsequente for tributada.
 - (B) documento fiscal em que seja indicado estabelecimento destinatário diverso do receptor da mercadoria ou serviço, inclusive em relação à Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica e às notas fiscais de serviços de comunicação, não se admitindo exceções por norma infralegal.
 - (C) entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.
 - (D) mercadoria recebida para uso ou consumo próprio do estabelecimento, inclusive quando ocorrer o consumo dessa mercadoria no processo de produção, beneficiamento ou industrialização, até 31 de dezembro de 2033.
 - (E) serviços de transporte de mercadoria destinada a consumo do estabelecimento desde que estejam vinculados a operações ou prestações tributadas subsequentes, até 31 de dezembro de 2033.
-
27. Sob a perspectiva da estrutura, organização e competência do contencioso fiscal, a disciplina da Lei estadual nº 6.949/2017, que regula o Processo Administrativo Tributário no Estado do Piauí, estabelece que
- (A) a Coordenação do Corpo de Julgadores – COJUL será exercida pelo Conselheiro Presidente da Primeira Turma do Colégio de Julgadores – COJUL, cabendo a cada julgador, individualmente, e a cada Turma, coletivamente, nas decisões que proferirem, a responsabilidade direta pelo controle da legalidade objetiva inerente ao processo administrativo fiscal, podendo formar livremente sua convicção sobre a matéria litigiosa, *ad referendum* do Secretário da Fazenda.
 - (B) a Coordenação do Colégio de Julgadores – COJUL será exercida pelo presente do TARF, nomeado pelo Secretário da Fazenda, cabendo a cada julgador, individualmente, nas decisões colegiadas que proferirem, a responsabilidade direta pelo controle da legalidade objetiva inerente ao processo administrativo fiscal, podendo formar livremente sua convicção sobre a matéria litigiosa, *ad referendum* do Secretário da Fazenda.
 - (C) o julgamento, em primeira instância, dos processos administrativos fiscais, relativos aos tributos estaduais, é de competência da Primeira e da Segunda Câmaras do TARF, compostas por, no mínimo, 12 Conselheiros, metade deles pertencentes ao quadro de Auditor Fiscal da Fazenda Estadual com, no mínimo, 03 anos em exercício no cargo, designados pelo Governador do Estado, em ato próprio.
 - (D) a Coordenação das duas Turmas do Colégio de Julgadores – COJUL será exercida pelo presidente do TARF, mediante delegação do Secretário da Fazenda, cabendo a cada Turma de Julgadores, nas decisões colegiadas que proferirem, e que são sujeitas à homologação do Presidente do COJUL, a responsabilidade direta pelo controle da legalidade objetiva inerente ao processo administrativo fiscal.
 - (E) o julgamento, em primeira instância, dos processos administrativos fiscais, relativos aos tributos estaduais, é de competência do Corpo de Julgadores – COJUL, composto por, no mínimo, 6 julgadores, todos pertencentes ao quadro de Auditor Fiscal da Fazenda Estadual com, no mínimo, 03 anos em exercício no cargo, designados pelo Secretário da Fazenda, em ato próprio.
-
28. No início de setembro de 2024, Manoel pensava em adquirir de Tarcísio, profissional autônomo, o veículo automotor de passeio, licenciado no Estado do Piauí, que constava como isento de IPVA, pois Tarcísio o utilizava como táxi, no transporte de passageiros, na cidade de Parnaíba/PI. Manoel planejava utilizar o referido veículo para recreação com a família.
- A referida aquisição efetivamente ocorreu, em 26 de setembro de 2024, por R\$ 60.000,00, que era seu valor de mercado e também seu valor venal para fins de tributação, naquele exercício.
- Tendo em vista apenas as informações fornecidas e a disciplina estabelecida pela Lei estadual nº 4.548/1992, em razão dessa aquisição, o IPVA relativo ao exercício de 2024
- (A) foi devido, no montante de R\$ 450,00.
 - (B) foi devido, no montante de R\$ 500,00.
 - (C) não foi devido.
 - (D) foi devido, no montante de R\$ 1.500,00.
 - (E) foi devido, no montante de R\$ 375,00.
-
29. Em maio de 2022, o supermercado Nova Iorque, localizado em José de Freitas/PI, adquiriu mercadorias não perecíveis, tributadas pelo ICMS, para revendê-las a sua clientela, creditando-se do imposto referente a essa aquisição. Em janeiro de 2025, em razão de fortes chuvas na região, que causaram o alagamento do supermercado, todas essas mercadorias se deterioraram, obrigando o supermercado a descartá-las, na mesma data, em razão de sua total imprestabilidade para qualquer fim. O supermercado não procedeu, todavia, ao estorno do ICMS referente à aquisição dessas mercadorias.
- Com base nas informações fornecidas e na Lei estadual nº 4.257/1989, que trata da cobrança de ICMS, o supermercado Nova Iorque
- (A) cometeu infração relativa ao crédito indevido do ICMS, em janeiro de 2025.
 - (B) não cometeu qualquer infração relativa à falta de estorno do imposto.
 - (C) cometeu infração relativa ao crédito indevido do ICMS, em maio de 2022.
 - (D) cometeu, em janeiro de 2025, infração relativa à não realização do estorno do ICMS creditado.
 - (E) cometeu, em maio de 2022, infração relativa à não realização do estorno do ICMS creditado.



30. No âmbito de Processo Administrativo Tributário em curso, a autoridade julgadora, com base em critérios de conveniência e oportunidade, intimou o sujeito passivo, por via postal, para que ele atendesse a certa determinação. Essa intimação foi feita por via postal, com prova de recebimento (Aviso de Recebimento – AR), no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo.

De acordo com a Lei estadual nº 6.949/2017, essa intimação será considerada feita

- (A) no primeiro dia útil posterior ao do recebimento, quando essa data constar de documento postal utilizado para documentar a entrega da correspondência.
- (B) no terceiro dia útil posterior à data da expedição da intimação.
- (C) 15 dias após a data da expedição da intimação, quando omitida a data do recebimento.
- (D) no quinto dia posterior à data da expedição da intimação, se útil, ou no primeiro dia subsequente a este quinto dia.
- (E) 10 dias úteis após a data da expedição da intimação, quando omitida a data do recebimento.

31. A Lei estadual nº 3.216/1973, que dispõe sobre a legislação tributária do Estado do Piauí e dá outras providências, contempla regras a respeito da contribuição de melhoria e sobre as pessoas que respondem pelo pagamento dessa contribuição. Encontre-se excluído da relação das pessoas que respondem pelo pagamento da referida contribuição o

- (A) enfiteuta, no caso de enfiteuse.
- (B) adquirente do domínio do imóvel onerado por essa contribuição, quando essa aquisição se der por compra e venda.
- (C) proprietário do imóvel, ao tempo do lançamento.
- (D) locatário, quanto aos imóveis locados ao tempo do lançamento, embora o locador possa exigir aumento no aluguel.
- (E) adquirente do domínio do imóvel onerado por essa contribuição, quando essa aquisição se der em razão de transmissão *causa mortis*.

32. Em setembro de 2024, no decorrer de fiscalização relativa a ICMS devido ao Estado do Piauí, foi lavrado auto de infração em nome de empresa comercial varejista, cuja exigência fiscal total era de R\$ 6.000.000,00. Sessenta por cento (60%) desse valor eram representados por crédito tributário de ICMS, trinta por cento (30%) por exigência de multa por descumprimento de obrigação tributária e 10 por cento (10%) por exigência de acréscimos legais que incidiram sobre o ICMS e a multa devidos. Vencido em primeira instância no processo administrativo tributário referente ao auto de infração, o sujeito passivo apresentou recurso voluntário, buscando a reforma da decisão proferida.

Com base nas informações fornecidas, bem como na disciplina estabelecida pelo Decreto estadual nº 18.561/2019, e considerando, para fins de cálculo, que o valor fictício da UFR-PI, em 2024, era de R\$ 4,00, o julgamento do recurso voluntário apresentado deve ser feito

- (A) pela Primeira ou pela Segunda Câmaras do TARF.
- (B) pelo Tribunal Pleno, qualquer que seja o valor
- (C) pela Primeira Câmara do TARF, necessariamente.
- (D) pelo Tribunal Pleno, em razão do valor da exigência fiscal feita.
- (E) pela Segunda Câmara do TARF, necessariamente.

33. Contribuinte piauiense do ICMS, não enquadrado como microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, decidiu solicitar o parcelamento de débito fiscal constituído por meio de auto de infração. O valor total a ser parcelado, nele já incluídos os acréscimos devidos até a data do parcelamento, perfaz o montante total de R\$ 40.500,00.

De acordo com as informações fornecidas e a disciplina estabelecida acerca do parcelamento no Regulamento do ICMS do Estado do Piauí, aprovado pelo Decreto estadual nº 21.866/2023, e considerando, também, para fins de cálculo, que o valor da UFR-PI seria de R\$ 4,50, o número máximo de prestações em que esse débito pode ser dividido é

- (A) 45.
- (B) 48.
- (C) 60.
- (D) 200.
- (E) 12.

34. Quando Lineu faleceu, em maio de 2025, na cidade de Guaribas/PI, onde era domiciliado, ele deixou, para ser dividido entre seus três filhos, herdeiros seus, um patrimônio composto por um imóvel urbano, localizado em Guaribas, com valor equivalente a 1.500 UFR-PI, um imóvel rural, com 26 hectares, localizado na zona rural do mesmo Município, com valor equivalente a 10.500 UFR-PI, um veículo automotor, com valor equivalente a 950 UFR-PI, e depósitos bancários, com valor total equivalente a 1.800 UFR-PI.

Com base nas informações fornecidas e na Lei estadual nº 4.261/1989, está isenta do ITCMD a transmissão

- (A) do bem imóvel rural e do veículo automotor, apenas.
- (B) do bem imóvel rural, apenas.
- (C) do bem imóvel urbano, apenas.
- (D) do bem imóvel urbano e dos depósitos bancários, apenas.
- (E) da universalidade da herança.



35. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei estadual nº 6.949/2017, que regula o Processo Administrativo Tributário no Estado do Piauí, notificado da lavratura do auto de infração, o sujeito passivo pode apresentar impugnação, se o desejar. Caso o sujeito passivo
- I. não apresente impugnação no prazo legal, nem pague o crédito tributário devido, a autoridade preparadora lavrará o Termo de Revelia e encaminhará o processo à Procuradoria Geral do Estado para as providências administrativas e judiciais cabíveis, ainda que tenha havido pedido de parcelamento.
 - II. deseje apresentar impugnação, ele deverá fazê-lo no prazo de 30 dias, contados da data em que tiver sido feita a intimação da exigência.
 - III. deseje apresentar prova documental e ele a tenha em sua posse, ele deverá ofertá-la juntamente com a impugnação, não podendo deixar para apresentá-la em momento posterior, por razões de conveniência ou estratégia processual, sob pena de preclusão.
 - IV. impugne apenas parcialmente a exigência fiscal, ele deverá, juntamente com essa impugnação, apresentar o comprovante do recolhimento do crédito tributário referente à parte não impugnada, identificando seu valor nominal e acrescentando a ele os acréscimos moratórios devidos até a data em que foi apresentada a impugnação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

36. Determinada empresa comercial atacadista, com matriz em Parnaíba/PI, promoveu a importação de vinhos produzidos em Portugal, que chegaram ao Brasil pelo porto de Recife/PE, onde foi feito o desembarço aduaneiro. A matriz do Banco em que foi fechado o contrato de câmbio para pagamento da importação se localiza em São Paulo/SP.

Em seguida, empresa transportadora, sediada em Crato/CE, retirou a mercadoria da alfândega, com a intenção de transportá-la para a empresa importadora, localizada em Parnaíba/PI, onde efetivamente aconteceu a entrada física dessa mercadoria.

Essa transportadora foi obrigada, no entanto, em razão de pequeno acidente com o veículo transportador, a fazer o transbordo da mercadoria em estabelecimento de posto de gasolina, localizado no Município de Mossoró/RN, mas isso não implicou atraso na entrega da mercadoria.

De acordo com as informações fornecidas e a disciplina estabelecida pela Lei estadual nº 4.257/1989, o local da operação ou prestação, para os efeitos da cobrança do ICMS incidente sobre as mercadorias importadas e definição do estabelecimento responsável, é

- (A) Recife/PE, onde ocorreu o fato gerador do ICMS devido sobre a mercadoria importada.
- (B) São Paulo/SP, onde se localiza o estabelecimento matriz do Banco em que foi fechado o contrato de câmbio para pagar a importação.
- (C) Crato/CE, onde se localiza a sede da empresa transportadora, que promoveu a saída da mercadoria da repartição alfandegária.
- (D) Parnaíba/PI, onde se localiza o estabelecimento em que a mercadoria importada entrou fisicamente.
- (E) Mossoró/RN, onde ocorreu o primeiro desembarque da mercadoria, com a saída da mercadoria de um caminhão para outro.

37. Em 10 de maio de 2025, Marcos, por meio de escritura pública, instituiu, de forma gratuita, direitos de usufruto sobre uma casa de sua propriedade, localizada no Município de Picos/PI, em favor de seu irmão Carlos, até o dia 31 de dezembro de 2029. Diante desses fatos e da disciplina estabelecida pela Lei estadual nº 4.261/1989,

- I. o ITCMD incide sobre a instituição desses direitos de usufruto.
- II. o fato gerador do ITCMD ocorreu no dia 10 de maio de 2025.
- III. a base de cálculo corresponde a 1/3 do valor venal integral do bem.
- IV. o ITCMD não incidirá por ocasião da extinção do usufruto, mas a Fazenda Pública Estadual poderá, em certos casos, exigir o imposto por ocasião dessa extinção, se, no momento da transmissão do bem gravado, o imposto tiver sido recolhido apenas sobre fração do valor venal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.



38. Determinada empresa atacadista piauiense, do ramo moveleiro, realiza vários tipos de operações com mercadorias, a saber:
- I. operações internas de saída de mercadorias com isenção do ICMS, mas com direito à manutenção dos créditos pelas suas entradas;
 - II. operações internas e interestaduais de saída de mercadorias com não incidência do ICMS, mas com direito à manutenção dos créditos pelas entradas;
 - III. operações e prestações de exportação de mercadorias para o exterior, com direito de manutenção dos créditos pelas suas entradas;
 - IV. operações de aquisição de mercadorias com alíquota interna e subsequente saída delas com a alíquota interestadual, que é percentualmente inferior à alíquota interna; e, por fim,
 - V. operações de aquisição de mercadorias com crédito do imposto e subsequente saída delas com diferimento, ficando mantido o crédito pelas entradas.

De acordo com o Regulamento do ICMS do Estado do Piauí, aprovado pelo Decreto estadual nº 21.866/2023, observada a disciplina legal necessária, poderão ser utilizados pelo contribuinte, obrigatoriamente, para quitação de seus débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado, e não parcelados, os saldos credores acumulados por estabelecimentos que realizem operações

- (A) de aquisição de mercadorias com crédito do imposto e subsequente saída delas com diferimento, ficando mantido o crédito pelas entradas.
 - (B) internas e interestaduais de saída de mercadorias com não incidência do ICMS, mas com direito à manutenção dos créditos pelas entradas.
 - (C) internas de saída de mercadorias isentas do ICMS, com direito à manutenção dos créditos pelas suas entradas.
 - (D) de aquisição de mercadorias com alíquota interna e subsequente saída delas com a alíquota interestadual, nos casos em que esta alíquota for inferior àquela.
 - (E) prestações de exportação de mercadorias para o exterior, com direito de manutenção dos créditos pelas suas entradas.
39. Gilmar é titular de empresa comercial, localizada no Estado do Piauí, que apura o ICMS pelo regime periódico de apuração. Ele entende que sua empresa recolheu, indevidamente, ao Estado do Piauí, em 2024, ICMS em montante equivalente a 2.700 UFRs-PI e pretende recuperar essa importância.
- De acordo com o Decreto estadual nº 18.561/2019, a empresa de Gilmar poderá
- (A) recuperar a importância paga indevidamente, por meio do crédito fiscal do ICMS, no montante máximo, equivalente a 2.500 UFRs-PI, desde que cumpra as exigências da legislação relacionadas com as anotações das causas que levaram ao pagamento indevido, desde que renuncie ao direito de recuperar o valor excedente equivalente a 200 UFRs-PI e, ainda, que sujeite essa apropriação à posterior homologação do Fisco.
 - (B) recuperar a importância paga indevidamente, por meio do crédito fiscal do ICMS, no montante máximo equivalente a 2.500 UFRs-PI, desde que renuncie ao direito de recuperar o valor excedente, equivalente a 200 UFRs-PI.
 - (C) apropriar-se da integralidade da quantia equivalente a 2.700 UFRs-PI, como crédito fiscal do ICMS, desde que o faça dentro de 180 dias contados da data do pagamento indevido, ficando essa apropriação sujeita a posterior homologação pelo Fisco.
 - (D) recuperar a importância paga indevidamente, por meio do crédito fiscal do ICMS, no montante máximo equivalente a 2.000 UFRs-PI, desde que renuncie ao direito de recuperar o valor excedente, equivalente a 700 UFRs-PI, e sujeite essa apropriação à posterior homologação do Fisco.
 - (E) apropriar-se da integralidade da quantia equivalente a 2.700 UFRs-PI, como crédito fiscal do ICMS, desde que cumpra as exigências da legislação relacionadas com as anotações das causas que levaram ao pagamento indevido, ficando essa apropriação sujeita a posterior homologação pelo Fisco.

40. De acordo com a Lei estadual nº 4.548/1992, que institui o IPVA no Estado do Piauí, do produto da arrecadação do imposto,
- (A) 50% constitui receita do Município no qual o proprietário do veículo esteja domiciliado, sendo que a parcela pertencente ao Município será creditada a ele por meio do próprio documento arrecadação, no momento em que esta estiver sendo realizada e, no caso de restituição do IPVA ao contribuinte, a Secretaria da Fazenda fica autorizada a proceder, no exercício seguinte, a compensação da quantia indevidamente transferida.
 - (B) 50% constitui receita do Município no qual o veículo esteja licenciado, sendo que a parcela pertencente ao Município será creditada a ele por meio do próprio documento arrecadação, no momento em que esta estiver sendo realizada e, no caso de restituição do IPVA ao contribuinte, a Secretaria da Fazenda fica autorizada a proceder ao estorno da quantia indevidamente transferida.
 - (C) 25% constitui receita do Município no qual o veículo esteja licenciado, sendo que a parcela pertencente ao Município será creditada a ele, dentro do prazo de 90 dias, contados do seu recebimento pela rede bancária e, no caso de restituição do IPVA ao contribuinte, a Secretaria da Fazenda fica autorizada a proceder ao estorno da quantia indevidamente transferida.
 - (D) 50% constitui receita do Município no qual o proprietário do veículo esteja domiciliado, sendo que a parcela pertencente ao Município será creditada a ele por meio do próprio documento arrecadação, no momento em que esta estiver sendo realizada e, no caso de restituição do IPVA ao contribuinte, a Secretaria da Fazenda fica autorizada a proceder ao estorno da quantia indevidamente transferida.
 - (E) 25% constitui receita do Município no qual o proprietário do veículo esteja domiciliado, sendo que a parcela pertencente ao Município será creditada a ele, dentro do prazo de 90 dias, contados do seu recebimento pela rede bancária e, no caso de restituição do IPVA ao contribuinte, a Secretaria da Fazenda fica autorizada a proceder, no exercício seguinte, a compensação da quantia indevidamente transferida.

**Contabilidade Geral**

Atenção: Para responder às questões de números 41 e 42 utilize as informações a seguir:

Um equipamento industrial foi adquirido pela empresa Equipamentos Pesados S.A., em 1/1/2020, pelo valor de R\$ 20.400.000,00. A empresa efetuou o pagamento à vista, definiu a vida útil para o equipamento em 20 anos e estimou o valor residual para sua venda, no final do prazo de utilização, em R\$ 1.200.000,00. No final do ano de 2020, a empresa redefiniu a vida útil remanescente para 15 anos e o novo valor residual estimado no final deste novo prazo de utilização para R\$ 1.440.000,00. A empresa adota o método das cotas constantes para cálculo da despesa de depreciação e a revisão do prazo de vida útil ocorreu em função da análise da condição de uso do equipamento.

41. O valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2021 foi

- (A) R\$ 18.240.000,00
- (B) R\$ 18.504.000,00
- (C) R\$ 18.480.000,00
- (D) R\$ 17.840.000,00
- (E) R\$ 18.000.000,00

42. Sabendo que a empresa vendeu o equipamento, em 31/12/2021, pelo valor à vista de R\$ 18.500.000,00, o resultado contábil apurado na venda do equipamento, evidenciado na Demonstração do Resultado de 2021 foi

- (A) Lucro de R\$ 500.000,00
- (B) Prejuízo de R\$ 4.000,00
- (C) Lucro de R\$ 20.000,00
- (D) Lucro de R\$ 660.000,00
- (E) Lucro de R\$ 260.000,00

Atenção: Para responder às questões de números 43 e 44 utilize as informações a seguir:

A empresa Invenções Nacionais S.A. apresentava, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, um ativo intangível com vida útil indefinida registrado no subgrupo Intangíveis do Ativo não Circulante. O ativo não corresponde a ágio pago por expectativa de resultados futuros e o seu saldo contábil era composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição	R\$ 3.800.000,00
(-) Perda por desvalorização (<i>impairment</i>)	<u>R\$ (800.000,00)</u>
(=) Saldo contábil	R\$ 3.000.000,00

Em 31/12/2021 a empresa identificou as seguintes informações sobre esse ativo intangível, com os valores expressos em reais:

- Valor em uso	R\$ 4.000.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 2.800.000,00

43. O saldo contábil do ativo intangível que deveria ser apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2021 da empresa Invenções Nacionais S.A. era

- (A) R\$ 3.500.000,00
- (B) R\$ 3.000.000,00
- (C) R\$ 3.800.000,00
- (D) R\$ 4.000.000,00
- (E) R\$ 2.800.000,00



44. O valor reconhecido no resultado de 2021 da empresa Invenções Nacionais S.A., referente ao ativo intangível, foi
- (A) R\$ 500.000,00 (positivo).
- (B) R\$ 1.000.000,00 (positivo).
- (C) R\$ 200.000,00 (negativo).
- (D) R\$ 800.000,00 (positivo).
- (E) R\$ 0,00.

45. Durante o ano de 2020 uma empresa passou a responder a quatro processos. As informações sobre as estimativas de desembolso e as probabilidades de perda para cada processo, em 31/12/2020, são apresentadas no quadro a seguir:

Processo	Montante Estimado de Perda (R\$)	Probabilidade de Perda
Fiscal	2.000.000,00	Provável
Trabalhista 1	3.700.000,00	Possível
Ambiental	2.300.000,00	Possível
Trabalhista 2	1.600.000,00	Remota

O valor a ser evidenciado no Balanço Patrimonial em 31/12/2020, exclusivamente em relação aos processos apresentados, era

- (A) 6.000.000,00
- (B) 0,00
- (C) 2.000.000,00
- (D) 3.600.000,00
- (E) 9.600.000,00
46. O Patrimônio líquido de uma empresa, apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2022, era composto das contas, com os seguintes valores:

Capital Social	R\$ 8.000.000,00
Reserva Legal	R\$ 1.400.000,00
Reserva Estatutária	R\$ 400.000,00
Reserva de Lucros a Realizar	<u>R\$ 400.000,00</u>
Total do Patrimônio Líquido	R\$ 10.200.000,00

No ano de 2023, o lucro líquido apurado pela empresa foi R\$ 4.800.000,00 e as seguintes informações sobre a destinação são conhecidas:

- I. A Reserva Legal é constituída de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
- II. A Reserva Estatutária é definida no valor de 10% do Lucro Líquido sem qualquer dedução.
- III. Não houve realização de qualquer valor correspondente à conta Reserva de Lucros a Realizar.
- IV. O estatuto da empresa não define o critério para cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

O valor do dividendo mínimo obrigatório que deveria ser evidenciado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2023, era

- (A) R\$ 2.280.000,00
- (B) R\$ 2.300.000,00
- (C) R\$ 1.150.000,00
- (D) R\$ 1.200.000,00
- (E) R\$ 1.140.000,00



Atenção: Para responder às questões de números 47 e 48 utilize as informações a seguir:

As demonstrações contábeis da empresa Importação de Produtos Cosméticos S.A. são apresentadas a seguir:

Importação de Produtos Cosméticos S.A.
Balancos Patrimoniais em 31/12/2022 e 31/12/2023

ATIVO	31/12/2022	31/12/2023
Ativo circulante	2.376.000,00	5.238.000,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	180.000,00	1.746.000,00
Valores a Receber de Clientes	1.008.000,00	1.764.000,00
(-) Perdas Estimadas com Clientes	-	(36.000,00)
Estoques	1.188.000,00	1.764.000,00
Ativo não circulante	2.592.000,00	3.024.000,00
Investimentos		
Participações Societárias	252.000,00	638.000,00
Imobilizado		
Veículos	1.512.000,00	2.386.000,00
Terrenos	828.000,00	-
TOTAL DO ATIVO	4.968.000,00	8.262.000,00
PASSIVO	31/12/2022	31/12/2023
Passivo circulante	2.808.000,00	4.755.514,00
Fornecedores	1.188.000,00	1.177.200,00
Dividendos a Pagar	-	34.474,00
IRPJ e CSSL a pagar	-	51.840,00
Empréstimos	1.620.000,00	3.492.000,00
Passivo não circulante	-	360.000,00
Provisão Riscos Fiscais	-	360.000,00
Patrimônio Líquido	2.160.000,00	3.146.486,00
Capital	1.800.000,00	2.700.000,00
Reservas de Lucros	360.000,00	446.486,00
TOTAL DO PASSIVO + PL	4.968.000,00	8.262.000,00

Importação de Produtos Cosméticos S.A.		
Demonstração do Resultado – Período: 1/1/2023 a 31/12/2023		
Receitas de Vendas		7.344.000,00
(-) Custo dos Produtos Vendidos		(4.680.000,00)
(=) Resultado com Mercadorias		2.664.000,00
(-) Despesas Operacionais		
• Perdas Estimadas com Clientes	(36.000,00)	
• Depreciação	(216.000,00)	
• Despesa com Provisão	(360.000,00)	
• Outras despesas operacionais	(1.807.200,00)	(2.419.200,00)
(+) Outras Receitas e Despesas		
Resultado de Equivalência Patrimonial		108.000,00
(-) Despesas Financeiras		(432.000,00)
Lucro na Venda de Terrenos		252.000,00
(=) Resultado antes dos impostos		172.800,00
(-) Despesa com IRPJ e CSSL		(51.840,00)
(=) Resultado Líquido		120.960,00

No ano de 2023, a empresa não efetuou qualquer pagamento relacionado com os empréstimos, não vendeu participações societárias nem veículos, e o aumento de Capital ocorreu com a emissão de novas ações.

47. O valor correspondente ao Caixa gerado nas Atividades Operacionais no ano de 2023 da empresa Importação de Produtos Cosméticos S.A. foi
- (A) R\$ 522.000,00 (negativo).
 (B) R\$ 856.800,00 (positivo).
 (C) R\$ 1.108.800,00 (positivo).
 (D) R\$ 486.000,00 (negativo).
 (E) R\$ 234.000,00 (negativo).
-
48. O valor correspondente ao Caixa gerado nas Atividades de Investimento no ano de 2023 da empresa Importação de Produtos Cosméticos S.A. foi
- (A) R\$ 72.000,00 (negativo).
 (B) R\$ 432.000,00 (negativo).
 (C) R\$ 180.000,00 (negativo).
 (D) R\$ 396.000,00 (negativo).
 (E) R\$ 288.000,00 (negativo).



Atenção: Para responder às questões de números 49 e 50 utilize as informações a seguir:

A empresa Produtos Sustentáveis S.A. apresentou a Demonstração do Resultado do ano de 2023, com os seguintes valores:

Produtos Sustentáveis S.A	
Demonstração do Resultado – 1/1/2023 a 31/12/2023	
Receita Bruta de Vendas	6.240.000,00
(-) Impostos sobre vendas	(1.680.000,00)
(=) Receita Líquida	4.560.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(2.640.000,00)
(⇒) Lucro Bruto	1.920.000,00
(-) Despesas operacionais	
Despesa de depreciação	(200.000,00)
Despesas com salários	(160.000,00)
INSS sobre salários (parcela da empresa)	(40.000,00)
Despesa com FGTS	(16.000,00)
Despesas com aluguel	(50.000,00)
(⇒) Lucro antes de Impostos	1.454.000,00
(-) IR e CSLL	(436.200,00)
(⇒) Lucro Líquido	1.017.800,00

O valor dos tributos recuperáveis, referentes aos produtos que foram vendidos no ano de 2023, foi R\$ 396.000,00 e nas despesas com salários está incluído o valor de R\$ 25.000,00 correspondente ao INSS de contribuição dos funcionários.

49. O Valor Adicionado a Distribuir gerado pela empresa Produtos Sustentáveis S.A., no ano de 2023, foi

- (A) 3.400.000,00
- (B) 3.004.000,00
- (C) 3.204.000,00
- (D) 3.600.000,00
- (E) 1.920.000,00

50. A parcela do Valor Adicionado a Distribuir gerado pela empresa Produtos Sustentáveis S.A. que foi destinado para impostos, taxas e contribuições, no ano de 2023, foi

- (A) R\$ 1.785.200,00
- (B) R\$ 1.776.200,00
- (C) R\$ 1.760.200,00
- (D) R\$ 2.181.200,00
- (E) R\$ 2.172.200,00

Contabilidade Avançada

Atenção: Para responder às questões de números 51 e 52 utilize as informações a seguir:

As informações a seguir referem-se à compra de mercadorias pela empresa Produtos Essenciais S.A., sendo que os valores estão expressos em reais:

- Data da compra: 20/10/2023
- Valor pago à empresa vendedora das mercadorias: 1.155.000,00
- Valor pago pelo transporte das mercadorias do depósito da empresa vendedora até seu depósito: 50.000,00
- Valor pago à seguradora para garantir que as mercadorias chegassem em ordem ao seu depósito: 30.000,00

Com relação aos impostos incluídos nos valores pagos pela empresa são conhecidas as seguintes informações:

- Tributos recuperáveis incluídos no valor de 110.000,00
- Tributos não recuperáveis incluídos no valor de 48.000,00

No dia 1/12/2023, a empresa efetuou uma venda nas seguintes condições:

- Quantidade vendida: 80% do total que havia sido comprado em 20/10/2023
- Valor total da venda: 1.500.000,00, sendo 60% à vista e 40% a prazo
- Prazo para pagamento da venda a prazo: 18 meses em uma única parcela no final do prazo
- Comissão paga para seus vendedores: 13.500,00
- Valor pago para a transportadora que fez a entrega das mercadorias vendidas: 21.000,00

A taxa de juros praticada pela empresa para suas vendas a prazo era 1,02% ao mês, equivalente a 20% para o prazo de 18 meses.

51. O Custo das Mercadorias Vendidas evidenciado na Demonstração do Resultado do ano de 2023 da empresa Produtos Essenciais S.A., especificamente em relação à compra e venda das mercadorias citadas, foi

- (A) R\$ 988.000,00
- (B) R\$ 868.000,00
- (C) R\$ 836.000,00
- (D) R\$ 900.000,00
- (E) R\$ 876.000,00



52. As receitas evidenciadas na Demonstração do Resultado do ano de 2023 da empresa Produtos Essenciais S.A., especificamente em relação à venda efetuada em 1/12/2023, foram:
- (A) Receita de Vendas no valor de R\$ 1.500.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 15.300,00.
 - (B) Receita de Vendas no valor de R\$ 1.500.000,00, apenas.
 - (C) Receita de Vendas no valor de R\$ 1.400.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 5.100,00.
 - (D) Receita de Vendas no valor de R\$ 1.400.000,00, apenas.
 - (E) Receita de Vendas no valor de R\$ 1.380.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 4.386,00.

Atenção: Para responder às questões de números 53 e 54 utilize as informações a seguir:

A empresa Dinheiro Sobrando S.A. realizou, no dia 30/11/2022, três aplicações financeiras, cujas características e critérios de mensuração definidos para cada aplicação são mostradas no quadro a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2022 (R\$)	Data de vencimento
1.800.000,00	Valor justo por meio do resultado	1% a.m.	1.848.000,00	30/11/2023
3.000.000,00	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2% a.m.	3.084.000,00	05/08/2023
2.400.000,00	Custo amortizado	1,5% a.m.	2.424.000,00	05/03/2024

53. O saldo contábil das três aplicações realizadas em 30/11/2022 pela empresa Dinheiro Sobrando S.A. apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2022 foi
- (A) R\$ 7.368.000,00
 - (B) R\$ 7.338.000,00
 - (C) R\$ 7.356.000,00
 - (D) R\$ 7.314.000,00
 - (E) R\$ 7.344.000,00
54. O efeito total apresentado no resultado do ano de 2022, referente especificamente às três aplicações efetuadas em 30/11/2022 pela empresa Dinheiro Sobrando S.A. foi
- (A) R\$ 138.000,00
 - (B) R\$ 144.000,00
 - (C) R\$ 168.000,00
 - (D) R\$ 114.000,00
 - (E) R\$ 156.000,00

Atenção: Para responder às questões de números 55 e 56 utilize as informações a seguir:

A empresa Iniciante S.A. apresentava em seu Balanço Patrimonial, de 1/1/2023, Patrimônio Líquido de R\$ 25.000.000,00. Nessa mesma data, o valor justo líquido dos ativos e passivos da empresa era R\$ 30.000.000,00 e a empresa Experiente S.A. pagou R\$ 14.000.000,00 pela aquisição de 40% das ações da empresa Iniciante S.A. e passou a deter o seu controle. Sabe-se que a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o valor justo é decorrente de um terreno adquirido há 8 anos.

No ano de 2023, a empresa Iniciante S.A. apurou o lucro líquido de R\$ 5.000.000,00 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 2.000.000,00.

55. O valor apresentado no grupo Investimentos do Ativo não Circulante, no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 das demonstrações contábeis individuais da empresa Experiente S.A., foi
- (A) R\$ 11.200.000,00
 - (B) R\$ 14.000.000,00
 - (C) R\$ 16.000.000,00
 - (D) R\$ 12.000.000,00
 - (E) R\$ 15.200.000,00



56. O valor do resultado decorrente do investimento efetuado na empresa Iniciante S.A., apresentado na Demonstração do Resultado do ano de 2023 das demonstrações individuais da empresa Experiente S.A., foi
- (A) R\$ 0,00
 (B) R\$ 2.000.000,00
 (C) R\$ 1.200.000,00
 (D) R\$ 5.000.000,00
 (E) R\$ 3.000.000,00

Atenção: Para responder às questões de números 57 e 58 utilize as informações a seguir:

A empresa Produtos Enormes S.A. adquiriu, à vista, um equipamento pelo valor de R\$ 13.000.000,00. A compra ocorreu no dia 1/6/2022, a empresa teve gastos adicionais necessários de instalação no valor de R\$ 2.000.000,00 e o equipamento entrou em operação no dia 1/7/2022. Os gastos adicionais se referem a alterações na estrutura física da localidade, em função do porte do equipamento adquirido e, como a empresa utiliza um imóvel alugado, por condições contratuais, deverá devolver a localidade nas mesmas condições em que a recebeu no início do contrato de aluguel.

A empresa definiu a vida útil do equipamento em 8 anos e, no final deste prazo de utilização, o equipamento poderá ser vendido por R\$ 2.000.000,00. A empresa estimou que, para fazer a desmontagem, remover a máquina e reestruturar o imóvel para as condições originais no final do 8º ano, terá que incorrer em gastos no valor de R\$ 1.000.000,00.

A taxa acumulada de juros projetada para os próximos 8 anos é 25% e a empresa utiliza o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação.

57. O valor da Despesa de Depreciação apresentada na Demonstração do Resultado do ano de 2022 da empresa Produtos Enormes S.A., especificamente em relação ao equipamento adquirido, foi
- (A) R\$ 987.500,00
 (B) R\$ 875.000,00
 (C) R\$ 862.500,00
 (D) R\$ 1.000.000,00
 (E) R\$ 812.500,00
58. O valor do saldo contábil evidenciado no Balanço Patrimonial em 31/12/2022 da empresa Produtos Enormes S.A., especificamente em relação ao equipamento adquirido, foi
- (A) R\$ 14.937.500,00
 (B) R\$ 15.125.000,00
 (C) R\$ 14.187.500,00
 (D) R\$ 15.000.000,00
 (E) R\$ 14.812.500,00

Atenção: Para responder às questões de números 59 e 60 utilize as informações a seguir:

Para atender suas necessidades de investimentos futuros, a empresa Descapitalizada S.A. emitiu um lote de debêntures com as seguintes características:

– Data da emissão	30/06/2020
– Valor nominal das debêntures	R\$ 50.000.000,00
– Prazo total do contrato	8 anos
– Taxa de juros compostos contratada	6% ao semestre
– Forma de pagamento	parcelas semestrais de mesmo valor
– Valor das parcelas semestrais	R\$ 4.947.607,18
– Vencimentos das parcelas semestrais	30 de junho e 31 de dezembro de cada ano
– Valor dos custos de transação incorridos para a emissão	R\$ 505.820,28

Tendo em vista a expectativa de queda nas taxas de juros de mercado no futuro, houve grande demanda pelas debêntures e a empresa conseguiu vender o lote pelo valor de R\$ 53.000.000,00. Os custos de transação foram pagos na data de início do contrato e a taxa de custo efetivo da operação foi 5,3% ao semestre.

59. O valor total dos encargos financeiros registrados no resultado de 2020 da empresa Descapitalizada S.A., decorrente exclusivamente das debêntures emitidas, foi
- (A) R\$ 2.782.191,53
 (B) R\$ 3.000.000,00
 (C) R\$ 2.650.000,00
 (D) R\$ 3.505.820,55
 (E) R\$ 4.947.607,18



60. O saldo total apresentado nas contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2020 da empresa Descapitalizada S.A. foi
- (A) R\$ 50.861.392,82
 - (B) R\$ 47.318.246,32
 - (C) R\$ 48.052.392,82
 - (D) R\$ 50.328.764,07
 - (E) R\$ 47.702.392,82

Contabilidade de Custos

61. Quanto à escolha do método de custeio a ser adotado por uma entidade, a NBC TSP 34 recomenda a utilização do custeio
- (A) variável, quando os custos indiretos forem relevantes para fins de responsabilização e tomada de decisão.
 - (B) direto para entidades com menor grau de maturidade do seu modelo de gerenciamento de custos.
 - (C) por absorção parcial, quando for irrelevante atribuir os custos indiretos aos objetos de custos finais.
 - (D) pleno, quando for irrelevante atribuir os custos indiretos aos objetos de custos intermediários ou finais.
 - (E) por absorção parcial, independentemente do estágio de maturidade do modelo de gerenciamento de custos.
-
62. De acordo com a NBC TSP 34, custo é
- (A) o dispêndio de um ativo para a geração de bens ou serviços, tal como a saída de caixa e equivalentes de caixa para a aquisição de veículos escolares.
 - (B) a utilização de recursos para a geração de bens ou serviços, tal como o uso de recursos financeiros para adquirir equipamentos hospitalares.
 - (C) o pagamento resultante da aquisição de um bem público, tal como aquele referente à compra de bens necessários para a disponibilização de leitos em hospitais.
 - (D) o consumo ou a utilização de recursos para a geração de bens ou serviços, tal como a utilização de alimentos para a preparação de merenda escolar.
 - (E) o pagamento de um passivo para a geração de bens ou serviços, tal como aquele referente a vencimentos fixos de pessoal que prestam serviços de saúde à população.
-
63. Para a apuração do custo de manutenção da frota de uma entidade pública, por veículo atendido, pelo método de custeio
- (A) por absorção parcial, deve-se considerar todos os custos diretos e somente alguns indiretos da manutenção, sendo que entre os indiretos excluídos se tem o aluguel do galpão da oficina.
 - (B) por absorção integral, deve-se considerar todos os custos diretos e indiretos da manutenção, sendo que entre os diretos se tem o aluguel do galpão da oficina.
 - (C) por absorção integral, deve-se considerar todos os custos diretos e indiretos da manutenção, sendo que entre os indiretos se tem o custo de energia elétrica do galpão da oficina.
 - (D) variável, deve-se considerar somente os custos diretos da manutenção, tais como aqueles decorrentes de peças e do aluguel do galpão da oficina.
 - (E) variável, deve-se considerar todos os custos diretos e indiretos da manutenção, sendo que entre os diretos se tem o aluguel do galpão da oficina.
-
64. De acordo com a NBC TSP 34, é mais adequado o tratamento de custos pelo sistema de acumulação
- (A) contínua, quando se trata de serviços prestados de forma continuada, como o serviço de gestão de bibliotecas públicas.
 - (B) contínua, quando se pretende alocar todos os custos indiretos aos produtos, sendo essa alocação efetuada por meio de rateio.
 - (C) por ordem de produção, quando se trata do fornecimento de bens à população, como a preparação de merenda em uma escola.
 - (D) por ordem de produção, quando se tem a produção de produtos iguais, com a mesma especificação e sem alterações muito frequentes.
 - (E) por processo, quando a principal entidade objeto de custeio é a ordem de produção ou a ordem de serviço.
-
65. De acordo com a NBC TSP 34, o custeio baseado em atividades é
- (A) um método de custeio que se utiliza de direcionadores para alocar os custos diretos e indiretos aos produtos.
 - (B) uma técnica recomendada para entidades com menor grau de maturidade de modelo de gerenciamento de custos.
 - (C) uma técnica que deve ser utilizada para operacionalizar os métodos de custeio direto e por absorção parcial e integral.
 - (D) um método de custeio que aloca somente os custos variáveis aos objetos de custos intermediários e finais.
 - (E) uma técnica que pode ser utilizada para fazer o rastreamento de custos indiretos até os objetos de custo final.
-
66. Referente à classificação dos custos, a NBC TSP 34 determina que, quando o objeto de custo é
- (A) o processo julgado por um juiz, o custo com contrato anual de *software* de processo judicial corresponde a um custo variável.
 - (B) o serviço de coleta de lixo, o custo com combustível de um caminhão utilizado exclusivamente para executar esse serviço corresponde a um custo indireto.
 - (C) o processo julgado por um juiz, o custo com vigilância e limpeza do prédio onde o juiz trabalha para o julgamento corresponde a um custo direto.
 - (D) a vacina aplicada, o custo com salário da coordenação regional responsável pela campanha de vacinação corresponde a um custo indireto.
 - (E) o atendimento hospitalar prestado por paciente, o custo com contrato mensal de limpeza hospitalar corresponde a um custo variável.



67. De acordo com a NBC TSP 34, o processo de atribuição de custos deve ser iniciado, sempre que possível e economicamente viável, com a
- (A) apropriação dos custos variáveis, mediante rastreamento.
 - (B) apropriação dos custos diretos.
 - (C) alocação dos custos indiretos, mediante direcionadores de custos.
 - (D) alocação dos custos indiretos, mediante bases de rateio razoáveis e consistentes.
 - (E) alocação dos custos fixos.
-
68. Quanto à comparabilidade de informações de custos, a NBC TSP 34 recomenda a adoção do custeio
- (A) variável, quando a comparação incidir sobre o custo de consultas médicas realizadas em unidades básicas de saúde.
 - (B) baseado em atividades, quando a comparação incidir sobre o custo de capacitação de servidores de uma entidade pública.
 - (C) direto, quando a comparação incidir sobre o custo de serviços de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco.
 - (D) pleno, quando a comparação incidir sobre objetos de custos intermediários, como a contratação de sistemas de informação.
 - (E) por absorção integral, quando a comparação incidir sobre o custo de atendimentos realizados em programas de saúde mental.
-
69. Custo padrão é
- (A) o valor para se adquirir um ativo, o qual corresponde ao valor de caixa fornecido à época de sua aquisição.
 - (B) o custo mais econômico exigido para uma entidade pública substituir o potencial de serviços de um ativo.
 - (C) um custo planejado, predeterminado e criteriosamente projetado, estabelecido para ser comparado com o custo real.
 - (D) o montante que uma entidade pública pode obter com a venda de um ativo após deduzir os gastos para a venda.
 - (E) o valor presente do potencial de serviço remanescente de um ativo, caso este continue a ser utilizado por uma entidade.
-
70. De acordo com a NBC TSP 34,
- (A) objeto de custo é a unidade para a qual se deseja identificar, mensurar e avaliar os custos; sendo que, em uma entidade que presta serviços administrativos, um objeto de custo pode ser o documento emitido.
 - (B) método de custeio é o conjunto de elementos estruturados que registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e demais objetos de custos; sendo que entre os principais métodos se tem o variável e o por absorção.
 - (C) centro de responsabilidade é o conjunto de elementos estruturados que registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e demais objetos de custos, sejam eles intermediários ou finais.
 - (D) objeto de custo final é o indicador que permite estabelecer a relação de causa e efeito para alocação dos custos indiretos, como é o número de salas de aula para a alocação da energia elétrica consumida em uma escola.
 - (E) método de custeio se refere à forma como os custos são acumulados e atribuídos aos bens e serviços, estando relacionado ao fluxo físico da produção; sendo que entre os principais métodos se tem o variável e o por absorção.

Auditoria

71. Considerando os princípios, os objetivos e a aplicação prática das funções da auditoria interna, da auditoria independente e da perícia contábil:
- (A) a principal diferença entre o trabalho do auditor independente e o do perito contábil é que o primeiro deve responder a quesitos técnicos formulados pelas partes ou pelo juízo, enquanto o segundo não se submete a questionamentos.
 - (B) a auditoria independente, ao contrário da interna, não requer independência do auditor em relação à entidade auditada, pois essa exigência se aplica exclusivamente aos peritos judiciais.
 - (C) a perícia contábil tem como finalidade exclusiva a prevenção de fraudes contábeis, sendo vedada sua utilização em processos judiciais que demandem prova técnica.
 - (D) a auditoria independente deve emitir laudo pericial contábil, ainda que exista provisão contratual entre a entidade auditada e a firma de auditoria.
 - (E) a auditoria interna está subordinada à administração da entidade auditada e pode ter, entre seus objetivos, a avaliação da eficiência operacional e do cumprimento de normas internas.



72. O planejamento da auditoria é uma etapa essencial para assegurar a obtenção de evidência apropriada e suficiente, de forma eficaz e eficiente. Em atenção às normas e às melhores práticas,
- (A) o planejamento da auditoria deve incluir a definição da estratégia global do trabalho, bem como o desenvolvimento do programa de auditoria, considerando fatores como risco, materialidade, natureza dos controles internos e conhecimento prévio da entidade.
 - (B) o planejamento da auditoria é uma etapa estanque, que ocorre antes da execução do trabalho de campo e não deve ser modificado após o início dos procedimentos substantivos.
 - (C) o conhecimento prévio da estrutura organizacional da entidade auditada é irrelevante na fase de planejamento, sendo mais apropriado para a fase de avaliação de controles internos.
 - (D) a definição da materialidade e a avaliação de riscos são atividades que, embora relevantes, não integram formalmente a fase de planejamento da auditoria.
 - (E) a existência de auditoria interna na entidade auditada é irrelevante para o planejamento do auditor externo, dado que os objetivos e a independência desses profissionais são distintos.
-
73. A análise de riscos em auditoria exige do auditor a identificação de fatores que aumentam a probabilidade de distorções relevantes, com ou sem intenção. Para esse efeito,
- (A) a concentração de receitas em poucos clientes reduz o risco de auditoria.
 - (B) a presença de transações com partes relacionadas, por sua previsibilidade e documentação formal, tende a reduzir o risco de auditoria.
 - (C) o risco de auditoria é reduzido quando o auditor já conhece os processos da entidade e tem confiança pessoal nos seus gestores.
 - (D) o risco de auditoria aumenta em ambientes de alta complexidade ou instabilidade, mesmo quando os controles internos são formalmente bem estruturados.
 - (E) quanto maior a experiência do auditor com determinado setor econômico, menor a necessidade de considerar fatores de risco específicos da entidade.
-
74. Quanto à utilização e às limitações das confirmações externas enquanto procedimentos relevantes para obtenção de evidência de auditoria confiável,
- (A) caso as confirmações externas não retornem, o auditor deve, obrigatoriamente, considerar a auditoria como limitada e abster-se de emitir opinião.
 - (B) o envio de solicitações de confirmação negativa é preferido pelo auditor quando há alto risco de distorção relevante, pois exige resposta obrigatória do destinatário.
 - (C) confirmações externas podem ser ineficazes quando há indícios de que a entidade auditada possa interferir na comunicação entre o auditor e o terceiro.
 - (D) a evidência obtida por meio de confirmação externa é sempre mais confiável do que aquela produzida internamente, ainda que contradiga outras evidências coletadas.
 - (E) a ausência de resposta a uma solicitação de confirmação positiva implica a rejeição automática da evidência pelo auditor, independentemente da materialidade do item envolvido.
-
75. Durante auditoria fiscal em um estabelecimento contribuinte do ICMS, o Auditor Fiscal detecta inconsistência entre o inventário físico dos estoques e os saldos registrados no sistema de gestão empresarial (ERP) do contribuinte. A empresa justifica que tais diferenças decorrem da defasagem entre o registro contábil e o real trânsito das mercadorias, especialmente em operações interestaduais com prazo de entrega superior a cinco dias. Considerando os princípios da auditoria e os riscos inerentes aos fluxos de mercadorias, a
- (A) auditoria de estoque restringe-se à verificação documental, sendo desnecessária a inspeção física quando os controles internos são formalmente instituídos.
 - (B) divergência é aceitável, desde que os volumes divergentes estejam devidamente justificados por notas fiscais emitidas, mesmo que ainda não recebidas fisicamente.
 - (C) existência de diferença entre estoque físico e contábil exige investigação específica, pois pode indicar simulação de operações fiscais ou omissão de receitas.
 - (D) conciliação entre registros físicos e contábeis é dispensável quando a empresa adota sistema de gestão empresarial com controle por código de barras.
 - (E) análise de estoque deve considerar apenas os saldos contábeis, visto que a inspeção física é influenciada por fatores logísticos alheios ao controle da empresa.
-
76. Durante a análise das demonstrações contábeis de um contribuinte do setor atacadista, o Auditor Fiscal observa que os estoques foram registrados pelo custo histórico, mesmo diante de evidente deterioração dos preços de venda no mercado. Considerando os princípios de contabilidade, bem como os efeitos da prática mencionada sobre a confiabilidade dos relatórios financeiros e sobre a base de cálculo tributária,
- (A) a manutenção do estoque pelo custo histórico, mesmo diante da queda no valor de realização, é uma prática aceitável, pois evita o reconhecimento de prejuízos meramente estimados.
 - (B) a ausência de ajuste para o menor valor entre custo e valor líquido de realização pode inflar artificialmente os indicadores de liquidez e comprometer a análise da real capacidade financeira da entidade.
 - (C) o auditor deve recomendar que os estoques sejam ajustados apenas após a alienação das mercadorias, momento em que se realiza a efetiva perda de valor.
 - (D) o valor líquido de realização não apresenta qualquer interesse para a auditoria fiscal.
 - (E) o ajuste de valor de estoque ao valor líquido de realização, quando feito, deve ser desconsiderado para fins fiscais, pois se trata de despesa de natureza não dedutível.



77. Durante a auditoria de apuração do crédito físico de um contribuinte do ICMS, o Auditor Fiscal observou que os registros de entradas de insumos tributáveis não estavam adequadamente documentados.
- Questionado, o contribuinte afirmou que os documentos originais haviam sido descartados por engano, mas que mantinha planilhas internas com resumos das operações. Considerando os preceitos da NBC TA 230 (R1),
- (A) a finalidade da documentação de auditoria é exclusivamente registrar os achados do auditor, podendo ser complementada por declarações da entidade quando faltarem documentos.
 - (B) as explicações verbais e as planilhas produzidas pela entidade auditada são suficientes para compor a documentação de auditoria, desde que os dados estejam tecnicamente estruturados.
 - (C) o auditor pode substituir os registros formais por evidência sumária produzida pela entidade, desde que haja coerência com a escrituração contábil digital.
 - (D) a ausência de documentação original não invalida os registros auxiliares internos, pois o auditor deve confiar na declaração da entidade.
 - (E) a documentação de auditoria deve conter evidência suficiente e apropriada que permita a compreensão por auditor experiente, sendo inadequada a substituição de documentos fiscais por resumos não auditáveis.
-
78. No curso de auditoria, foram encontradas diversas distorções nos lançamentos contábeis de um contribuinte, todas individualmente inferiores ao valor de materialidade inicialmente definido para as demonstrações como um todo. Ainda assim, o auditor considerou necessário reavaliar os riscos e rever a estratégia de auditoria. Consoante as diretrizes da NBC TA 320 (R1), a conduta foi
- (A) correta, pois a determinação da materialidade de desempenho é um cálculo técnico padronizado, desvinculado de julgamento profissional.
 - (B) incorreta, pois o auditor deve ignorar as distorções individuais sempre que o valor somado ficar abaixo do limite de materialidade, independentemente de suas naturezas.
 - (C) incorreta, pois a materialidade determinada no planejamento da auditoria fixa o limite para avaliação de distorções, tornando inapropriada a revisão posterior.
 - (D) correta, pois a agregação de distorções individualmente irrelevantes pode tornar relevante o seu efeito conjunto, exigindo reavaliação dos limites pelo auditor.
 - (E) incorreta, pois a revisão da materialidade só é necessária se houver alteração na estrutura de capital da entidade durante o período auditado.
-
79. Durante fiscalização do ICMS, o Auditor Fiscal percebe que diversos documentos comprobatórios de transações relevantes haviam sido digitalizados e posteriormente destruídos.
- O fiscalizado sustenta que o *backup* digital equivale, em confiabilidade, aos documentos originais. Em atenção à NBC TA 500 (R1), ao buscar evidência de auditoria apropriada e suficiente, o auditor deve considerar que
- (A) a ausência do documento original implica, automaticamente, limitação ao alcance da auditoria e exige abstenção de opinião.
 - (B) a confiabilidade das evidências digitalizadas depende dos controles existentes sobre sua elaboração e manutenção, o que não deve ser presumido.
 - (C) evidências digitalizadas apresentam confiabilidade inferior às evidências verbais, mas substituem automaticamente os documentos originais sem prejuízo à qualidade da auditoria.
 - (D) a evidência digitalizada é aceitável apenas se o conteúdo for validado por terceiro envolvido na operação da auditada.
 - (E) uma vez que os documentos foram originalmente emitidos e processados pela entidade, não há diferença substancial entre sua versão física e digital.
-
80. Em auditoria de autos de concessão de benefício fiscal a empresa do ramo da mineração, o Auditor Fiscal depara-se com laudo técnico de apuração de reservas minerais elaborado por engenheiro contratado pela própria empresa para subsidiar a mensuração de seus ativos e o dimensionamento dos benefícios fiscais.
- Dada a relevância financeira do objeto, a Secretaria da Fazenda contrata geólogo especialista, acolhendo solicitação do auditor, que avalia não possuir conhecimento técnico para aferir a razoabilidade do estudo.
- Ao empregar os trabalhos do geólogo especialista, com base na NBC TA 620,
- (A) o auditor deve avaliar a competência, a objetividade e a adequação do trabalho do especialista contratado, mantendo-se responsável pelas conclusões da auditoria.
 - (B) não deve ocorrer acordo ou comunicação entre o especialista e o auditor, para que não seja comprometida a independência hierárquica e técnica entre eles.
 - (C) a contratação de especialista exime o auditor da necessidade de obter entendimento sobre a área técnica analisada, bastando o relatório final do especialista.
 - (D) a referência ao trabalho do especialista no relatório do auditor torna-se obrigatória, ainda que não tenha influenciado a decisão fiscal.
 - (E) a responsabilidade pela conclusão da auditoria recai exclusivamente sobre o especialista, que deve documentar adequadamente o seu trabalho e assiná-lo.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ – SEFAZ
Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Auditor Fiscal da Fazenda Estadual
Área de Conhecimento: Geral

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova 'E05', Tipo 002

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-002

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA 1
PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Otimismo é esperar pelo melhor. Confiança é saber lidar com o pior.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, líquido corretivo, régua, borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**P1 – PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Só quem tem alma pode contar o tempo

Mais um ano está começando neste janeiro, e de novo a maior parte da humanidade vai ignorar aquela pequena parcela de realistas desencantados – também chamados de cínicos – que aponta a arbitrariedade dos inícios e dos fins numa linha do tempo em que todos os dias são iguais. Acontece que, nesse caso, a maioria tem razão. Quem diz que todos os dias são iguais não leva em conta a necessidade humana de contar histórias a fim de dar sentido à escala desmesurada e opressiva – numa palavra, inumana – do tempo cósmico.

Como observa o crítico Frank Kermode no livro “O Sentido de um Fim”, cabe às histórias que inventamos, com seus marcos temporais atravessados de cultura, dar sentido ao intervalo entre início e fim, transformando Chrónos, o tempo infinito e amorfo dos gregos, em Kairós, o momento cheio de significado.

A palavra “ano” descende do prefixo grego “amphi”, isto é, “em torno, à volta”. Isso faz do ano um parente distante de outros termos em que está presente a ideia de círculo, de algo que circunda, que envolve por todos os lados – como ambiente, anfiteatro e anel, entre outros. “Janeiro” deve seu nome ao deus romano Jano, entidade de duas caras, capaz de olhar ao mesmo tempo para o passado e para o futuro – ou para dentro e para fora, o que explica que a palavra “janela” seja outra de suas filhas.

Eis por que sabemos que tem raízes profundas em nossa alma, indo muito além de modismos midiáticos, o frenesi que nessa época nos leva a passar em revista o ano que se encerra, tentando apurar seu saldo de altos e baixos, ao mesmo tempo que fazemos listas de “resoluções” bem-intencionadas – que, na maior parte das vezes, já estarão desmoralizadas antes do Carnaval.

(Adaptado de: RODRIGUES, Sérgio. **Folha de S.Paulo**, 1^ª de janeiro de 2025)

1. Ao afirmar, no 1^º parágrafo, que *nesse caso, a maioria tem razão*, o autor do texto está referendando
 - (A) o cinismo com que as pessoas se agarram hipocritamente à escala inumana do tempo.
 - (B) o ponto de vista de quem aponta como arbitrários os inícios e os fins na sequência dos anos.
 - (C) a razão de quem não leva em conta a necessidade de se dar sentido à passagem do tempo.
 - (D) o critério de quem estima as marcas finais e iniciais de um ano como datas expressivas.
 - (E) a indiferença que os realistas desencantados demonstram nas datas de passagem de ano.

2. Nos 2^º e 3^º parágrafos, considera-se a etimologia ou origem histórica de algumas palavras relacionadas a passagens e marcas temporais. Depreende-se dessas considerações que
 - (A) a palavra “janela” é marcada como base de criação dos conceitos de “janeiro” e “Jano”.
 - (B) o sentido da passagem do tempo indiferenciada e sem marcas está contido no conceito de “Chrónos”.
 - (C) o sentido de tempo como “Kairós” é aquele referendado pelos realistas desencantados.
 - (D) na relação entre as palavras “janeiro” e “janela” está presente o sentido de “tempo cósmico”.
 - (E) o sentido de “Jano” liga-se à veneração especial com que muitos encaram o fim de uma era.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *tentando apurar seu saldo de altos e baixos* (4^º parágrafo) = buscando identificar seus bons e maus momentos.
 - (B) *pequena parcela de realistas desencantados* (1^º parágrafo) = surto minoritário de racionalistas malogrados.
 - (C) *dar sentido à escala desmesurada e opressiva* (1^º parágrafo) = elucidar a tabela desproporcional e repressora.
 - (D) *marcos temporais atravessados de cultura* (2^º parágrafo) = signos cronológicos imbuídos de sapiência.
 - (E) *muito além de modismos midiáticos* (4^º parágrafo) = à margem das intercomunicações eventuais.

4. Tem raízes profundas em nossa alma o frenesi que nos toma nessa época.
Uma nova redação da frase acima, em que se mantém seu sentido e sua correção, será:
 - (A) De raízes profundas, em nossa alma, somos tomados pelo frenesi dessa época.
 - (B) O frenesi de nossa alma nessa época, tomamo-lo tendo em vista suas raízes profundas.
 - (C) Somos tomados, nessa época, por um frenesi enraizado profundamente em nossa alma.
 - (D) São raízes profundas aquelas cujo frenesi nos toma a nossa alma nessa época.
 - (E) Conquanto suas raízes se aprofundem em nossa alma, o frenesi nos toma nessa época.



5. Quem diz que todos os dias são iguais não leva em conta a necessidade de contar histórias para que a passagem do tempo ganhe sentido.

Estará preservada a adequada articulação entre os tempos e os modos verbais da frase acima caso se substituam as formas sublinhadas, na ordem dada, por:

- (A) tivesse dito – levará – ganhava
 (B) dissesse – leve – ganhasse
 (C) disser – levaria – ganharia
 (D) diga – levasse – tenha a ganhar
 (E) dissesse – levaria – viesse a ganhar

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Sobre a brevidade da vida

A maior parte dos mortais queixa-se da malevolência da Natureza, porque estamos destinados a um breve momento da eternidade, e, segundo eles, o espaço de tempo que nos foi dado corre tão veloz que, por consequência, e à exceção de muito poucos, a vida abandonaria a todos ainda em meio aos preparativos para bem vivê-la.

Vejam: não é somente a multidão e a turba insensata que se lamenta desse mal considerado universal: a mesma impressão provocou queixas inconformadas também de homens ilustres e pessoas de excelente formação. Anote-se, por exemplo, o protesto de Hipócrates, o maior dos médicos, quando diz "A vida é breve, longa, a arte".

Pela mesma razão nasce o litígio (de nenhuma forma apropriado a um homem sábio) que Aristóteles teve com a Natureza: "Aos animais, ela concedeu tanto tempo de vida que muitos deles sobrevivem por cinco ou dez gerações da nossa espécie; ao homem, nascido para tantos e tão grandes feitos, está estabelecido um tempo exíguo."

Não, não é curto o tempo que temos, mas dele muito perdemos. A vida é suficientemente longa, e com generosidade nos foi dada para a realização das maiores coisas, se a empregamos bem. Mas quando ela se esvai no culto do supérfluo e na indiferença, quando não a empregamos em nada de positivo, somos constrangidos pela fatalidade do tempo, e sentimos que ela passou sem que tivéssemos percebido.

O fato é este: não recebemos uma vida breve, mas assim a fazemos, nem somos dela carentes, seus esbanjadores. Tal como se dissipam rapidamente os abundantes recursos que caem nas mãos de um gastador, assim também nossa vida se perde, quando do tempo dela não sabemos dispor.

(Adaptado de: SENECA. **Sobre a brevidade da vida**. Trad. William Li. São Paulo: Nova Alexandria, p. 25-26)

6. A compreensão global do texto se dá a partir da identificação do argumento central de cada parágrafo. Nesse sentido, é correto assinalar que,
- (A) no 5º parágrafo, estabelece-se uma contraposição entre os esbanjadores de recursos e os que se dizem carentes de um maior tempo para viver.
- (B) no 1º parágrafo, a *malevolência da Natureza* se dá pela má distribuição do tempo de vida reservada a cada um dos mortais.
- (C) no 2º parágrafo, o protesto de Hipócrates representa uma convicção contrária àquela de que compartilham alguns *homens ilustres*.
- (D) no 3º parágrafo, o litígio que Aristóteles teve com a natureza deriva do privilégio que foi concedido aos homens de vida longa.
- (E) no 4º parágrafo, reconhece-se que a suficiência do tempo que se tem para viver ocorre quando se evita o supérfluo na vida.
-
7. Contrapõe-se frontalmente à convicção de Hipócrates o que está no seguinte segmento:
- (A) *A vida (...) com generosidade nos foi dada* (4º parágrafo).
- (B) *estamos destinados a um breve momento da eternidade* (1º parágrafo).
- (C) *se lamenta desse mal considerado universal* (2º parágrafo).
- (D) *o litígio (...) que Aristóteles teve com a natureza* (3º parágrafo).
- (E) *ela passou sem que tivéssemos percebido* (4º parágrafo).
-
8. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Caberiam aos homens mais sábios valer-se dos anos todos de suas vidas para exercitarem suas qualidades espirituais.
- (B) Destacam-se entre os litígios do homem com a Natureza o que com ela manteve o filósofo Aristóteles.
- (C) Atribui-se à malevolência da Natureza todos os agravos que decorreriam do nosso pouco tempo de vida.
- (D) Costuma-se ouvir, em meio aos homens ilustres e bem formados, o queixume de serem céleres os anos da vida.
- (E) Ainda que se concedesse a cada um de nós muitos anos mais, continuaríamos a nos queixar da brevidade da vida.



9. *Não, não é curto o tempo que temos, mas dele muito perdemos.*

A frase acima permanecerá correta e coerente caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por

- (A) com que detemos – lhe fazemos mau uso
- (B) de que dispomos – gastamo-lo perdulariamente
- (C) com cujo contamos – lhe dissipamos demais
- (D) pelo qual carecemos – é aonde o extraviamos
- (E) em que havemos – lhe dispensamos muito

10. Explicita-se adequadamente a relação lógica entre os termos que constituem a frase “A vida é breve, longa, a arte” na seguinte reconstrução:

- (A) Tanto breve é a vida quanto longa é a arte.
- (B) Uma vez sendo longa a arte, a vida é breve.
- (C) A vida é breve, ao passo que a arte é longa.
- (D) É breve a vida, na medida em que a arte é longa.
- (E) Desde que seja breve a vida, longa é a arte.

Matemática Financeira

11. Um investidor aplicou 30% de seu capital, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 12% ao ano e o restante, durante 10 meses, a uma taxa de juros simples de 14,4% ao ano. Se a soma dos montantes destas aplicações foi igual a R\$ 66.480,00, então o valor dos juros correspondente à aplicação de 10 meses apresenta valor igual a

- (A) R\$ 5.600,00
- (B) R\$ 4.800,00
- (C) R\$ 4.480,00
- (D) R\$ 5.040,00
- (E) R\$ 4.000,00

12. Um título de valor nominal igual a R\$ 20.000,00 vence daqui a 2 meses e um segundo título vence daqui a 4 meses. O devedor propõe ao credor substituir estes dois títulos por um pagamento único daqui a 7 meses no valor de R\$ 54.940,00. Considerando a taxa de juros simples de 18% ao ano, verifica-se que o valor nominal do segundo título que vence daqui a 4 meses é de

- (A) R\$ 36.000,00
- (B) R\$ 32.000,00
- (C) R\$ 34.000,00
- (D) R\$ 30.000,00
- (E) R\$ 28.000,00

13. Um investidor aplica hoje em um banco um capital pelo prazo de um ano a uma taxa de juros compostos de 6% ao semestre. Na mesma data aplica em um outro banco um capital com o mesmo valor do primeiro pelo prazo de 10 meses a uma taxa de juros simples de 18% ao ano. Se o valor dos juros da primeira aplicação é igual a R\$ 2.472,00, então o valor do montante da segunda aplicação supera o valor do montante da primeira aplicação em

- (A) R\$ 572,00
- (B) R\$ 472,00
- (C) R\$ 504,00
- (D) R\$ 622,00
- (E) R\$ 528,00

14. Um aparelho no valor de R\$ 50.000,00 é vendido nas seguintes condições:

- Entrada de R\$ 9.800,00
- Saldo em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após o pagamento da entrada.

Se a taxa de juros compostos embutida na operação é de 1% ao mês, então o valor de cada parcela mensal é de

- (A) R\$ 20.100,00
- (B) R\$ 20.200,00
- (C) R\$ 20.560,00
- (D) R\$ 20.402,00
- (E) R\$ 20.606,00



15. Um capital é aplicado, durante um período em que a taxa de inflação foi de 10,5%, apresentando uma taxa real de juros correspondente de 6%. Isto significa que, se o valor do capital fosse de R\$ 40.000,00, então o valor do montante no final do período de aplicação seria de
- (A) R\$ 46.852,00
(B) R\$ 44.448,00
(C) R\$ 46.600,00
(D) R\$ 43.300,00
(E) R\$ 45.224,00
-
16. Uma aplicação financeira em um banco consiste em depositar hoje um capital e resgatar todo o montante após um ano. Considerando uma taxa de juros nominal de 24% ao ano com capitalização bimestral. A taxa efetiva anual correspondente à aplicação é de
- (A) $6(1 + 0,24)^{1/12} - 1$
(B) $(1 + 0,24)^{1/2} - 1$
(C) $(1 + 0,04)^6 - 1$
(D) $(1 + 0,24)^{1/6} - 1$
(E) $[2(1 + 0,24)]/6 - 1$
-
17. Considere que um capital foi aplicado, durante 3 anos, a uma taxa de 18% ao ano com capitalização contínua. Se e é a base dos logaritmos neperianos, então o montante correspondente à aplicação pode ser encontrado multiplicando o valor do capital aplicado por
- (A) $e^{0,54}$
(B) $(1 + e^{0,54})$
(C) $3e^{0,18}$
(D) $3(1 + e^{0,18})$
(E) $(1 + e^{0,18})^3$
-
18. Dois títulos de valores nominais iguais são descontados na data de hoje a uma taxa de desconto anual de 24% ao ano. Um dos títulos vence daqui a 3 meses e o outro daqui a 5 meses. A soma dos valores atuais foi igual a R\$ 38.272,00 e a operação utilizada foi a do desconto comercial simples para ambos os títulos. Se a taxa de desconto tivesse sido de 36% ao ano, então a soma dos valores atuais teria sido igual a
- (A) R\$ 37.440,00
(B) R\$ 36.608,00
(C) R\$ 36.712,00
(D) R\$ 37.024,00
(E) R\$ 36.816,00
-
19. Uma duplicata deverá ser descontada em um banco 2 meses antes de seu vencimento a uma taxa de desconto de 30% ao ano. Foram calculados os valores atuais usando dois critérios, ou seja, primeiro sendo a operação de desconto comercial simples e segundo sendo a operação de desconto racional simples. Verifica-se que o valor atual do segundo supera o valor atual do primeiro em R\$ 55,00. O valor nominal da duplicata é igual a
- (A) R\$ 21.000,00
(B) R\$ 23.625,00
(C) R\$ 22.000,00
(D) R\$ 21.515,00
(E) R\$ 23.100,00
-
20. Um título de valor nominal igual a R\$ 12.000,00 e com vencimento daqui a 2 meses deverá ser trocado por outro com vencimento daqui a 6 meses. Considerando o critério de desconto racional composto, a uma taxa de juros compostos de 2% ao mês, o valor nominal do outro título, em reais, deverá ser de
- (A) $12.000(1,02)^3$
(B) $12.000(1,02)^{1,5}$
(C) $12.000[(1,02)^2 + (1,02)^4]$
(D) $12.000(1,02)^4$
(E) $12.000[(1,02)^6 - (1,02)^2]$

**Estatística e Raciocínio Lógico**

21. Considere uma variável aleatória X da qual foi obtido um conjunto de dados independentes, cuja média é 20 e a variância é 9. Se cada elemento X desse conjunto for transformado pela função $Y = 2X - 5$, então a média e a variância de Y serão, respectivamente,
- (A) Média = 35; Variância = 36
(B) Média = 35; Variância = 18
(C) Média = 45; Variância = 36
(D) Média = 25; Variância = 36
(E) Média = 35; Variância = 9
-
22. O secretário de obras de uma prefeitura precisa distribuir 7 projetos de melhoria entre 3 departamentos. Devido à sua complexidade, o Departamento Central deve receber exatamente 3 projetos, enquanto os outros dois departamentos devem receber, cada um, exatamente 2 projetos. O número de maneiras que essa distribuição pode ser realizada é:
- (A) 630
(B) 210
(C) 105
(D) 315
(E) 420
-
23. Em uma auditoria tributária, 20% das declarações apresentam erros. Se, dentre as declarações com erros, 40% são efetivamente sinalizadas pelo sistema automatizado e 10% das declarações sem erros geram falso positivo (são sinalizadas), então a probabilidade de uma declaração ser sinalizada pelo sistema é
- (A) 20%
(B) 14%
(C) 10%
(D) 16%
(E) 18%
-
24. Relatórios são verificados diariamente. Os erros de digitação ocorrem segundo uma distribuição de Poisson com média 4 e as omissões segundo uma distribuição de Poisson com média 1. Erros e omissões ocorrem de forma independente entre si. A probabilidade de que, em um dia qualquer, haja pelo menos 1 ocorrência de cada tipo de irregularidade é
- (A) $1 - e^{-4} - e^{-5}$
(B) $1 - e^{-4} - e^{-1}$
(C) $1 - (e^{-4} + e^{-1})$
(D) $e^{-4} + e^{-1} - e^{-5}$
(E) $1 - e^{-4} - e^{-1} + e^{-5}$
-
25. Um departamento de fiscalização tributária deseja avaliar a conformidade fiscal de empresas de diferentes portes (pequenas, médias e grandes). Para garantir que cada categoria (identificada pelo porte) esteja adequadamente representada, os auditores dividem a população de declarações conforme o porte da empresa, e depois selecionam aleatoriamente declarações de cada categoria, proporcionalmente ao tamanho dessa categoria. Esse procedimento é um exemplo de amostragem
- (A) por julgamento.
(B) estratificada.
(C) sistemática.
(D) por conglomerado.
(E) por conveniência.



Atenção: Para responder às questões de números 26 a 28 utilize o quadro a seguir que fornece algumas informações da distribuição normal padrão (Z), ou seja, as probabilidades $P(0 < Z \leq z)$.

z	0,25	0,52	0,84	1,28	1,64	1,96
$P(0 < Z \leq z)$	0,10	0,20	0,30	0,40	0,45	0,475

26. Um novo elevador precisa ser instalado em um prédio. Sabe-se que o peso dos usuários segue uma distribuição normal com média de 65 kg e variância de 49 kg^2 . Para garantir a segurança, deseja-se que a carga máxima especificada para o elevador seja ultrapassada em apenas 2,5% das viagens. Então o peso máximo, por pessoa, para atender a especificação, corresponde a
- (A) 95,54 kg
 (B) 93,56 kg
 (C) 78,72 kg
 (D) 92,44 kg
 (E) 80,00 kg
-
27. A Receita Federal afirma que o prazo médio para o processamento das declarações de imposto de renda é de 11 dias, com desvio padrão de 0,8 dia. Uma auditoria interna analisou 100 processos, obtendo um prazo médio de 11,14 dias.
- Supondo o teste unilateral com as hipóteses $H_0: \mu = 11$ dias e $H_1: \mu > 11$ dias e considerando que os prazos seguem uma distribuição normal
- (A) ao nível de 5% de significância rejeita-se H_0 ; mas ao nível de 2,5% não se rejeita H_0 .
 (B) ao nível de 5% de significância não se rejeita H_0 ; mas ao nível de 2,5% rejeita-se H_0 .
 (C) ao nível de 10% de significância não se rejeita H_0 ; mas ao nível de 2,5% rejeita-se H_0 .
 (D) ao nível de 10% de significância não se rejeita H_0 .
 (E) ao nível de 2,5% de significância rejeita-se H_0 .
-
28. Uma empresa de telecomunicações realizou uma pesquisa para estimar a proporção de clientes satisfeitos com um novo serviço. Em uma amostra de 400 clientes, 200 declararam estar satisfeitos. Utilizando um nível de confiança de 95% e assumindo que as condições para a aproximação normal são atendidas, a amplitude (diferença entre o limite superior e inferior) do intervalo de confiança para a proporção de clientes satisfeitos é dada por
- (A) 9,8%
 (B) 8%
 (C) 1,96%
 (D) 5%
 (E) 2,5%
-
29. Em uma regressão linear simples da forma $Y = \beta_0 + \beta_1 X + e$, onde e é um erro aleatório com média zero e variância constante, um ajuste pelo método dos mínimos quadrados com 30 observações forneceu o valor estimado de 1,8 para o coeficiente angular β_1 . O desvio-padrão de Y é exatamente o dobro do desvio-padrão de X , então o coeficiente de correlação entre X e Y é dado por
- (A) 0,60
 (B) 0,45
 (C) 0,50
 (D) 0,75
 (E) 0,90
-
30. Um analista ajustou uma regressão linear simples pelo método dos mínimos quadrados com equação estimada resultante na forma $\hat{y} = 250 + 0,6x$. O ponto observado $x = 50$ possui um resíduo igual a -10 , então o valor observado de Y nesse ponto é
- (A) 220
 (B) 230
 (C) 270
 (D) 240
 (E) 290

**Direito Constitucional**

31. De acordo com a Constituição Federal de 1988, são órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais do Trabalho;
- (A) as Juntas de Conciliação e Julgamento; o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cujas decisões terão efeito vinculante.
 - (B) Juízes do Trabalho.
 - (C) Juízes do Trabalho; as Juntas de Conciliação e Julgamento.
 - (D) a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho; o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cujas decisões não terão efeito vinculante.
 - (E) o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cujas decisões não terão efeito vinculante.
-
32. Peter é membro do Ministério Público Federal há quase três anos e pretende exercer uma função pública de magistério. Pollyana é membro do Ministério Público do Trabalho há um ano e pretende exercer a advocacia na área do Direito do Trabalho. De acordo com a Constituição Federal de 1988, com base apenas nas informações fornecidas, é correto afirmar que o Ministério Público Federal, onde atua Peter,
- (A) e o Ministério Público do Trabalho, onde atua Pollyana, fazem parte do Ministério Público da União, que tem por chefe o Advogado-Geral da União. Peter possui a garantia da vitaliciedade e Pollyana ainda não adquiriu essa garantia. Peter poderá a exercer a função de magistério que pretende e Pollyana não poderá exercer a advocacia pretendida.
 - (B) e o Ministério Público do Trabalho, onde atua Pollyana, fazem parte do Ministério Público da União, que tem por chefe o Procurador-Geral da República. Peter ainda não possui a garantia da vitaliciedade e Pollyana também não adquiriu ainda essa garantia. Peter poderá exercer a função de magistério que pretende e Pollyana não poderá exercer a advocacia pretendida.
 - (C) faz parte do Ministério Público da União, não estando, neste último, compreendido o Ministério Público do Trabalho, onde atua Pollyana. Peter possui a garantia da vitaliciedade e Pollyana ainda não adquiriu essa garantia. Peter poderá exercer a função de magistério que pretende e Pollyana não poderá exercer a advocacia pretendida.
 - (D) e o Ministério Público do Trabalho, onde atua Pollyana, fazem parte do Ministério Público da União, que tem por chefe o Procurador-Geral da República. Peter possui a garantia da vitaliciedade e Pollyana ainda não adquiriu essa garantia. Peter poderá exercer a função de magistério que pretende e Pollyana não poderá exercer a advocacia pretendida.
 - (E) faz parte do Ministério Público da União, não estando, neste último, compreendido o Ministério Público do Trabalho, onde atua Pollyana. Peter ainda não possui a garantia da vitaliciedade e Pollyana também ainda não adquiriu essa garantia. Peter não poderá exercer a função de magistério que pretende e Pollyana poderá exercer a advocacia pretendida.
-
33. Suponha que, em virtude da violência que assola o país, o Presidente da República pretenda adotar medida provisória, com força de lei, sobre matéria relativa a direito penal. De acordo com a Constituição Federal de 1988,
- (A) a situação justifica a adoção da medida provisória, pois se trata de caso relevante e urgente e, se ela não for apreciada em até sessenta dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional.
 - (B) é vedada a edição de medida provisória sobre essa matéria, assim como a relativa a direito civil, sendo, entretanto, admitida com relação ao direito processual civil.
 - (C) a situação justifica a adoção da medida provisória, pois se trata de caso relevante e urgente, devendo o Presidente submetê-la de imediato ao Congresso Nacional.
 - (D) é vedada a edição de medida provisória sobre essa matéria, assim como a relativa a direito processual penal, dentre outras hipóteses.
 - (E) a situação justifica a adoção da medida provisória, pois se trata de caso relevante e urgente, sendo que ela perderá a eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de sessenta dias.
-
34. Florisbel é brasileira nata, tem 21 anos de idade, é analfabeta e pretende se candidatar ao cargo de Prefeita de determinado Município do Piauí. Durvalino é brasileiro naturalizado, tem 55 anos de idade, é professor e deseja se candidatar ao cargo de Presidente da República. Marinalva é brasileira nata, tem 65 anos de idade, é advogada e pretende se candidatar ao cargo de Deputada Federal. Com base apenas nas informações fornecidas e de acordo com a Constituição Federal de 1988, nessas situações, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para
- (A) Durvalino e Marinalva, apenas, sendo que somente Marinalva poderá se candidatar ao cargo que pretende.
 - (B) Durvalino, apenas, sendo que somente Marinalva e Durvalino poderão se candidatar aos cargos que pretendem.
 - (C) Florisbel, Durvalino e Marinalva, sendo que somente Marinalva poderá se candidatar ao cargo que pretende.
 - (D) Durvalino e Marinalva, apenas, sendo que somente Florisbel e Marinalva poderão se candidatar ao cargo que pretendem.
 - (E) Marinalva, apenas, sendo que somente Marinalva poderá se candidatar ao cargo que pretende.



35. De acordo com a Constituição do Estado do Piauí,
- (A) incluem-se entre bens do Estado, dentre outros, os objetos perdidos pelo criminoso condenado pela justiça brasileira federal ou estadual e o imóvel abandonado e arrecadado como vago, somente dez anos depois, quando se tratar de imóvel urbano ou rural.
 - (B) é proibida a alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio estadual no período de noventa dias que precede a posse do Governador e de cento e oitenta dias após a sua posse.
 - (C) incluem-se entre os bens do Estado, dentre outros, as águas superficiais ou subterrâneas fluentes, emergentes e em depósito, salvo, neste caso, as decorrentes de obras da União.
 - (D) os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita por terceiros, inclusive nos casos de assentamento de fins sociais.
 - (E) a alienação de bens imóveis do Estado e de suas entidades da Administração indireta dependerá sempre de avaliação e de licitação na modalidade prevista em lei nacional, sendo necessária essa última, inclusive, quando a alienação se destinar a assentamento de fins sociais.
-
36. De acordo com a Constituição do Estado do Piauí, com relação à Assembleia Legislativa, a ela
- (A) cabe, independentemente da sanção do Governador, e ressalvados os casos de sua competência exclusiva, legislar, dentre outras matérias, especialmente sobre Polícia Civil, sendo-lhe vedado legislar sobre a organização da Polícia Militar.
 - (B) compete, privativamente, dentre outras atribuições, autorizar o Governador e o Vice-Governador a se ausentarem do País e do Estado, quando a ausência, em qualquer caso, exceder de dez dias.
 - (C) compete, mediante proposta do Governador do Estado do Piauí, a criação e a extinção de cargos e a fixação de subsídio dos membros do Tribunal de Justiça.
 - (D) cabe, com a sanção do Governador, e ressalvados os casos de sua competência exclusiva, legislar, dentre outras matérias, especialmente sobre a organização do Tribunal de Contas.
 - (E) compete, privativamente, dentre outras atribuições, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, salvo os da Administração indireta.
-
37. Genésio, 50 anos de idade, é empregado de determinada empresa privada, onde realiza trabalho noturno. Genésio deseja que seu filho, Enzo, que completou 17 anos de idade no mês passado, comece a trabalhar, imediatamente, na mesma empresa que ele, fazendo o mesmo horário, pois assim poderiam ir e voltar juntos. De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, nessa situação, Genésio deverá receber remuneração do seu trabalho noturno
- (A) superior à do diurno e Enzo não poderá realizar qualquer tipo de trabalho, noturno ou diurno, pois é menor de 18 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.
 - (B) igual à do diurno e Enzo poderá realizar o trabalho no horário que deseja seu pai, pois tem mais de 16 anos de idade.
 - (C) superior à do diurno e Enzo poderá realizar o trabalho no horário que deseja seu pai, pois tem mais de 16 anos, fazendo jus à remuneração superior à do trabalho diurno.
 - (D) igual à do diurno e Enzo não poderá realizar o trabalho no horário que deseja seu pai, pois a Enzo é proibido o trabalho noturno.
 - (E) superior à do diurno e Enzo não poderá realizar o trabalho no horário que deseja seu pai, pois a Enzo é proibido o trabalho noturno.
-
38. Considere:
- I. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual que pode ser proposta, dentre outros, por Mesa de Assembleia Legislativa.
 - II. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual que pode ser proposta, dentre outros, pelo Presidente da República.
 - III. Somente pelo voto da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- De acordo com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, apenas.
 - (C) II, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II e III, apenas.

**Direito Administrativo**

39. A secretaria estadual com atribuições de atendimento a demandas decorrentes de emergências climáticas apresentou proposta de contratação de servidores, por prazo determinado, para reforçarem as equipes de socorristas no período mais agudo de estiagem, como medida de enfrentamento a incêndios florestais. A pretensão do órgão público
- (A) não é admissível, de forma direta pela Administração Pública, pois seria necessária a realização de procedimento de licitação com critério de julgamento baseado no menor preço, o que inviabilizaria o ingresso do número necessário de servidores.
 - (B) é viável, considerando que se trata de demanda de excepcional interesse público e que haja legislação disciplinando a contratação por tempo determinado no âmbito estadual.
 - (C) é inviável, na medida em que não cabe contratação de servidores fora dos regimes estatutário ou celetista, em ambos os casos, precedida de concurso público de provas e títulos.
 - (D) é admitida, aplicando-se, por analogia, o estatuto dos servidores públicos civis vigente, com base nos princípios da eficiência e da celeridade, para atribuição de natureza estatutária ao vínculo.
 - (E) é viável, constituindo contratação emergencial fundada na lei de licitações e contratos, precedida, portanto, de pregão para credenciamento de candidatos, que ficarão sujeitos ao regime celetista.
-
40. Considere que um servidor tenha disponibilizado, a outro servidor da repartição, a utilização de veículo oficial durante o período do fim de semana, para viabilizar a transferência de arquivos documentais do órgão para outras instalações. O servidor foi flagrado conduzindo a viatura oficial para a realização de transporte ilegal de animais para comercialização. Essa conduta suscita
- (A) a instauração, obrigatoriamente, de procedimento administrativo de apuração prévia e, após a conclusão do mesmo, de processo administrativo disciplinar para a imputação de penalidade ao servidor que se utilizou do bem público, não sendo cabível responsabilização em outras esferas por ter agido culposamente.
 - (B) a tipificação de ato de improbidade por parte dos dois servidores envolvidos, tendo em vista que as condutas de ambos ensejaram enriquecimento ilícito e danos ao erário.
 - (C) a responsabilização criminal do servidor, prejudicialmente à apuração nas demais esferas, considerando a impossibilidade de cumulação de pena com a aplicação de sanções administrativas.
 - (D) a responsabilidade objetiva da Administração Pública por ato praticado por agente público, este que só pode ser responsabilizado por meio de direito de regresso, caso advenha condenação transitada em julgado para o ente público.
 - (E) a possibilidade de instauração de processo administrativo disciplinar para apuração dos ilícitos disciplinados nessa esfera, sem prejuízo da responsabilização em outras, a exemplo da prática de ato de improbidade, mediante demonstração de dolo específico.
-
41. Foi licitada e contratada a realização de obras para construção de um viaduto, em determinado município, no bojo do programa de investimentos em infraestrutura. Decorrido algum tempo da contratação, o município procurou a contratada e solicitou a substituição do projeto básico, para que executassem obra de muro de contenção de encostas ao longo da estrada municipal de acesso à zona rural.
- Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021,
- (A) o aditamento contratual para alteração do objeto só seria admissível mediante expressa concordância da contratada e o valor original do contrato não poderia ser majorado em percentual superior a 25%.
 - (B) a pretensão do município será viável, caso a precificação da obra não acarrete majoração do valor inicial do contrato em percentual superior a 25%.
 - (C) o pleito do município é ilegal, pois implicaria alteração essencial do objeto contratual e impactaria, inclusive, o valor dos investimentos exigidos por parte do ente público.
 - (D) o município poderá formalizar nova contratação, por meio de inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a primeira obra não fora realizada, a despeito de o contratado ter se saído vencedor do correspondente certame.
 - (E) é vedado o aditamento qualitativo dos contratos administrativos, não se admitindo alterações no projeto ou de suas especificações.
-
42. Os contratos de parceria público-privada apresentam características e requisitos próprios, podendo-se indicar como uma das diretrizes estruturantes dessa modalidade de delegação de serviços públicos
- (A) a previsão de repartição de riscos entre a Administração Pública e a concessionária, inclusive no que concerne a caso fortuito e força maior.
 - (B) a proibição de prestação de garantias por parte da Administração Pública, cabendo à modelagem econômico-financeira garantir a sustentabilidade do objeto contratado.
 - (C) o dever de estabelecer cláusulas de desempenho para avaliação do desempenho tanto do Poder Público quanto da contratada, operando-se compensações recíprocas para o caso de não atendimento dos padrões estabelecidos.
 - (D) a obrigatoriedade de cobrança de tarifa diretamente dos usuários dos serviços prestados, como forma de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - (E) a obrigatoriedade de investimentos diretos, por parte do Poder Público, para minimizar as despesas com aquisição de bens reversíveis, de modo a prestigiar o princípio da modicidade tarifária.



43. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social previsto na Lei nº 13.019/2014 destina-se
- (A) a propiciar a identificação de interessados na realização de uma parceria com organização da sociedade civil, que se manifestarão, no decorrer do procedimento, antecipando suas futuras propostas financeiras.
 - (B) a avaliar e escolher propostas apresentadas por organizações da sociedade civil para execução específica de um instrumento de parceria disciplinado na norma, substituindo, portanto, eventual chamamento público.
 - (C) a possibilitar a apresentação de propostas, pela iniciativa privada, para análise de pertinência e viabilidade da parceria, por parte do Poder Público, procedendo-se, se o caso, a um chamamento público para a formalização do correspondente instrumento.
 - (D) a ampliar a abrangência de alcance dos projetos de iniciativa do Poder Público, constituindo-se, pois, etapa obrigatória prévia ao chamamento público.
 - (E) à realização de etapa preparatória e de estudos sobre a viabilidade de uma parceria, quando se configurar hipótese de dispensa de chamamento público.
-
44. Os atos administrativos de natureza vinculada
- (A) não admitem controle externo para sua invalidação, tendo em vista que o mérito de sua edição insere-se no legítimo campo de apreciação de mérito, reservado à Administração Pública.
 - (B) podem ser objeto de revogação por atuação dos órgãos de controle externo, diante da demonstração de vícios de legalidade.
 - (C) admitem controle interno, por meio de revisão pela própria Administração e, excepcionalmente, pelo Poder Judiciário, desde que apresentem vício de vontade, não se admitindo que sejam objeto de verificação pelos Tribunais de Contas.
 - (D) são obrigatoriamente editados com as prerrogativas de coercibilidade e autoexecutoriedade, tendo em vista que seus elementos guardam fundamento em texto legal.
 - (E) suscitam controle pelo Poder Judiciário, que pode, em razão da constatação do não preenchimento de requisitos legais, decidir pela anulação dos mesmos.
-
45. Os bens de uso especial pertencentes a uma autarquia são
- (A) inalienáveis em caráter perene, cabendo à Administração Pública garantir que estejam sempre destinados à finalidade de direito público, em observância ao princípio da função social dos imóveis públicos.
 - (B) sujeitos ao regime jurídico de direito público, o que lhes confere impenhorabilidade, imprescritibilidade e indisponibilidade, neste último caso, admitindo-se desafetação por meio de lei.
 - (C) afetados à prestação de serviços públicos indivisíveis a toda a população e de uso indistinto e indiscriminado, razão pela qual não podem ser desafetados e alienados pela entidade.
 - (D) submetidos ao regime jurídico de direito privado, caso seja editada lei específica para desafetação, perdendo a condição de impenhoráveis e imprescritíveis.
 - (E) de titularidade do ente público que criou a entidade, considerando que as autarquias, a despeito de autônomas, não possuem patrimônio próprio.
-
46. O exercício do poder de polícia, inerente às funções típicas do Poder Executivo,
- (A) é estranho ao controle externo pelo Poder Judiciário, tendo em vista que configura legítimo exercício de poder discricionário, inserindo-se em matéria reservada à disciplina pela Administração Pública.
 - (B) também se manifesta na atuação típica do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, como exteriorização da coercibilidade administrativa.
 - (C) é restrito ao exercício dos agentes públicos vinculados, funcionalmente, à Administração Pública Direta, não se estendendo às entidades que integram a Administração Pública Indireta.
 - (D) admite delegação em determinados casos e observados limites, a exemplo do exercício fiscalizatório por parte de autarquia com escopo funcional de licenciamento.
 - (E) deve ser expressa e integralmente disciplinado em lei, considerado seu sentido formal, não havendo margem discricionária na aplicação pela Administração Pública, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade.
-

Direito Civil

47. Marcos faleceu no ano de 2025 e era casado no regime de separação convencional de bens com Mariana. Ele tinha 3 filhos oriundos de outro relacionamento – Pedro, Letícia e Cláudia. Inexistindo testamento, de acordo com o disposto no Código Civil e em consonância com o entendimento jurisprudencial consolidado pelo STJ, sua herança será partilhada em
- (A) 3/4 para Mariana e 1/4 dividido, por igual, entre os 3 filhos.
 - (B) 1/4 para Mariana, 1/4 para Pedro, 1/4 para Letícia e 1/4 para Cláudia.
 - (C) 1/2 para Mariana e a outra metade dividida, por igual, entre os 3 filhos.
 - (D) 1/3 para Pedro, 1/3 para Letícia e 1/3 para Cláudia.
 - (E) 100% para Mariana.



48. Carla doou, mediante contrato escrito, um automóvel a seu amigo Felipe no ano de 2018. Desde então, este passou a utilizá-lo para fazer corridas por aplicativo. Em 2025, a irmã de Carla – Deise – sofreu atos de violência física praticados por Felipe, o que resultou em lesão corporal de natureza grave. Nesse caso hipotético,
- (A) Deise pode requerer a revogação da doação por ingratidão, dentro de um ano da ocorrência do fato, bem como a restituição dos frutos percebidos por Felipe.
 - (B) não é possível pleitear a revogação da doação por ingratidão, porquanto a ofensa não foi cometida contra Carla, mas sim contra sua irmã.
 - (C) Felipe pode ser condenado a restituir os valores que ganhou com a utilização do automóvel desde 2018, se houver o reconhecimento judicial da revogação da doação.
 - (D) como a revogação da doação por ingratidão só é possível nos casos de lesão corporal gravíssima, restaria à Carla requerer o pagamento dos frutos percebidos por Felipe.
 - (E) Carla pode pleitear a revogação da doação por ingratidão, dentro de um ano da ciência do ocorrido.
-
49. Durante uma viagem, Leonardo percebeu que seu carro apresentou defeito mecânico, razão pela qual o estacionou num bairro localizado à beira da rodovia. Após um período aguardando na beira da Rodovia, um desconhecido chamado Fábio se apresentou no local e disse que poderia reparar o dano do veículo por três mil reais, embora não fosse mecânico profissional. Diante da urgência e da inexperiência nesse tema, Leonardo pagou o referido valor para que Fábio consertasse o carro. Após alguns dias, Leonardo constatou que o valor usualmente cobrado por esse serviço era de trezentos reais. Nessa situação em que o negócio foi feito entre particulares e considerando-se apenas as regras do Código Civil,
- (A) caso Fábio concorde com a redução do proveito excessivo, o negócio jurídico não será anulado, inobstante a ocorrência do vício do consentimento da lesão.
 - (B) mesmo que Fábio concorde com a redução do valor cobrado, o negócio jurídico não poderá subsistir, pois a nulidade é matéria de ordem pública.
 - (C) constata-se a ocorrência de coação, o que torna o negócio jurídico anulável no prazo de 4 anos, contados do dia em que se constatou a excessividade do valor.
 - (D) há nulidade do negócio jurídico, que só poderá ser alegada dentro do prazo de 5 anos, contados da ocorrência dos fatos.
 - (E) não há como anular o negócio jurídico ou reduzir o valor pago, já que os dois envolvidos eram capazes e firmaram, de comum acordo, contrato verbal de prestação de serviços.
-
50. Analise as seguintes assertivas sobre direitos reais:
- I. A propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição.
 - II. O direito de superfície não autoriza obra no subsolo, salvo se for inerente ao objeto da concessão.
 - III. Salvo disposição em contrário, o usufruto não se estende aos acessórios da coisa e seus acrescidos.
 - IV. Quando o uso consistir no direito de habitar gratuitamente casa alheia, o titular deste direito não a pode alugar, nem emprestar, mas simplesmente ocupá-la com sua família.
 - V. A instituição do direito real de laje implica a atribuição de fração ideal de terreno ao titular da laje ou a participação proporcional em áreas já edificadas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, III e IV.
 - (B) II, III e V.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I, II e V.
 - (E) III, IV e V.
-

Direito Penal

51. Ricardo e Rodolfo, policiais militares de um determinado Estado brasileiro, durante patrulhamento regular realizado no município "X", surpreendem Caio chegando a um local conhecido por ser ponto de venda de drogas, trazendo consigo em sua mochila 10 kg de cocaína para abastecimento daquela "biqueira". No ato da abordagem, Ricardo e Rodolfo, após localizarem a grande quantidade de substância entorpecente, exigem do abordado Caio o pagamento da quantia de R\$ 50.000,00 para irem embora e não o conduzirem preso em flagrante perante a Autoridade Policial por crime de tráfico de drogas. Nesse caso, Ricardo e Rodolfo cometeram, em tese, crime de
- (A) peculato.
 - (B) excesso de exação.
 - (C) corrupção passiva.
 - (D) concussão.
 - (E) corrupção ativa.



52. Sobre os crimes contra o estado democrático de direito previstos no Código Penal, instituídos pela Lei nº 14.197/2021, analise o caso hipotético a seguir:

José, eleitor de um determinado município do Piauí, apoiador do candidato "Xisto" durante pleito eleitoral municipal, ciente do último resultado das pesquisas de intenção de voto, que indicavam a vitória do candidato "Benedito", perturbou a aferição do resultado da eleição municipal após violar indevidamente mecanismos de segurança do sistema eletrônico de votação estabelecido pela Justiça Eleitoral.

José cometeu crime, em tese, de

- (A) atentado à integridade nacional.
- (B) interrupção do processo eleitoral.
- (C) violência política.
- (D) sabotagem.
- (E) abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

53. Analise os seguintes casos hipotéticos:

- I. Julio, com 19 anos de idade, foi preso em flagrante pelo crime de furto no dia 13 de outubro de 2020. Posteriormente, a denúncia apresentada pelo Ministério Público foi recebida pela Justiça no dia 15 de fevereiro de 2021. Após a regular instrução do feito, Julio foi condenado pelo Magistrado competente a cumprir pena de 2 anos de reclusão. A sentença foi publicada em 19 de outubro de 2024.
- II. Marcela, de 25 anos de idade, foi denunciada pelo Ministério Público pelo crime de contratação inidônea, ao admitir à licitação, no dia 2 de fevereiro de 2021, empresa declarada inidônea. A denúncia foi recebida no dia 3 de março de 2024. Após a regular instrução do feito, Marcela foi condenada pelo Magistrado competente a cumprir pena de 1 ano de reclusão. A sentença foi publicada no dia 9 de abril de 2025.
- III. Samir, de 40 anos de idade, foi denunciado pelo Ministério Público pelo crime de falsidade ideológica cometido no dia 13 de dezembro de 2021. A denúncia foi recebida no dia 11 de abril de 2022. Após a regular instrução do feito, Samir foi condenado pelo Magistrado competente a cumprir pena de 1 ano de reclusão. A sentença foi publicada no dia 14 de junho de 2025.
- IV. Rinaldo foi denunciado pelo Ministério Público pelo crime de Frustração do caráter competitivo de licitação, cometido no dia 11 de julho de 2019. A denúncia foi recebida no dia 14 de dezembro de 2019. Após a regular instrução do feito, Rinaldo, já com setenta anos de idade, foi condenado a cumprir pena de quatro anos de reclusão. A sentença foi publicada em 1^ª de fevereiro de 2025.

Nos termos preconizados pelo Código Penal, a prescrição da pretensão punitiva estatal restou consumada com base na pena fixada APENAS para:

- (A) Julio e Rinaldo.
- (B) Julio, Samir e Rinaldo.
- (C) Marcela, Samir e Rinaldo.
- (D) Julio, Marcela e Samir.
- (E) Marcela e Samir.

54. Josué, aproveitando-se dos equipamentos emprestados por um amigo, falsificou inúmeros bilhetes de transporte público administrado por determinado Município, colocando-os em circulação. A polícia inicia intensa investigação e consegue apurar a autoria delitiva. Após obter a necessária ordem judicial, comparece na residência de Josué para cumprimento de mandado de busca domiciliar e de mandado de prisão preventiva contra ele. Josué acaba sendo preso pela polícia. Neste caso hipotético, na esteira do Código Penal, Josué cometeu, em tese, o crime de

- (A) fraude em certames de interesse público.
- (B) falsidade ideológica.
- (C) falsificação de papéis públicos.
- (D) falsificação de documento público.
- (E) falsificação de selo ou sinal público.

Conhecimentos Regionais

55. Quando se trata da geografia do Piauí, considera-se que são rios importantes deste Estado:

- (A) Jaguaribe e Piauí.
- (B) Gurupi e Períá.
- (C) Capibaribe e Guaribas.
- (D) Parnaíba e Poti.
- (E) São Francisco e São Nicolau.



56. A importância histórica da Batalha de Jenipapo para o Piauí reside
- (A) na última e decisiva derrota militar de tropas fiéis a Portugal nas regiões Norte e Nordeste, onde os estados encontravam-se divididos em relação à adesão ao projeto independentista.
 - (B) em sua contribuição para a consolidação da Independência concomitantemente ao processo que levou à declaração de D. Pedro I, em setembro de 1822.
 - (C) na vitória dos portugueses sobre as tropas locais, independentistas, marcando o acirramento dos conflitos entre o Piauí e o Rio de Janeiro.
 - (D) na vitória conquistada pela cidade de Parnaíba, favorável à independência, sobre Oeiras, que se manteve politicamente fiel a Portugal ao longo de 1823.
 - (E) na resistência oferecida pelas tropas locais às tentativas de Portugal em manter seu poderio colonial na região norte, mesmo após o "Grito do Ipiranga".

57. O Museu do Piauí, em Teresina,
- (A) está localizado em um casarão do século XIX, tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual, e reúne um acervo histórico eclético, composto por cultura material, peças arqueológicas, mobiliário, dentre outros, além de abrigar obras de arte contemporânea e eventos culturais.
 - (B) situa-se na Casa Odilon Nunes, nome de um importante historiador piauiense nascido no final do século XIX, responsável pela reunião do acervo ali exposto e que se constitui principalmente de registros e documentos escritos referentes à administração colonial e que pertenciam ao Arquivo Público.
 - (C) foi inaugurado em 1924, após ter passado por diversas restaurações para oferecer exposições de seu acervo que é centrado na história de Teresina, uma vez que se localiza no casarão que também era sede do governo da Província desde 1873.
 - (D) tem como sede um casarão erguido no período colonial, em estilo barroco, e seu acervo se concentra em objetos e artefatos culturais de comunidades quilombolas e indígenas do Piauí.
 - (E) oferece exposições itinerantes de seu acervo histórico local, cujas peças possuem datações variadas, além de obras de arte adquiridas pela Fundação Odilon Nunes, sediada no mesmo espaço e dedicada à difusão das artes plásticas no Piauí, principal enfoque do museu.

58. O Parque Vila Poty, em Teresina, confere destaque a uma atividade econômica importante também do ponto de vista cultural na história do Piauí: a
- (A) edificação de moradias de pau-a-pique, técnica que mescla conhecimentos indígenas com o estilo desenvolvido pelos jesuítas nas missões, retratados em um memorial dedicado a estes, no interior do parque.
 - (B) cerâmica artesanal, objeto de um memorial existente no parque, dedicado à história dessa prática tradicional, com forte vínculos com a olaria e que se aperfeiçoou do ponto de vista artístico, sendo atual fonte de renda para inúmeras famílias.
 - (C) pecuária, explícita na figura típica do vaqueiro e em todas as manifestações que cercam sua prática, representadas no museu ali edificado e especialmente dirigido à temática.
 - (D) mineração de aluvião, prática herdada dos bandeirantes que fundaram as primeiras vilas do Piauí, homenageados simbolicamente pelo parque.
 - (E) tecelagem artesanal, exercida principalmente por mulheres que se dedicavam à colheita do algodão e que desenvolveram técnicas que são ensinadas nas diversas oficinas construídas no parque para a perpetuação dessa arte.

59. Considere o texto a seguir:

[...] a marcha dos povoadores se destaca numa variante, que vai atingir as planuras do Piauí. O primeiro impulso resultava de necessidades defensivas, na perseguição ao gentio que para lá se retirava, depois de incursões destruidoras no vale do São Francisco. A disposição dessas imensas planícies decidiu da índole da conquista. Os rebanhos soltaram-se pelos pastos tão amplos do Parnaíba.

(Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br>)

Este trecho do livro *O devassamento do Piauí*, escrito em 1946 por Barbosa Lima Sobrinho, revela

- (A) o processo gradual de ocupação do Piauí, caracterizado por uma marcha de povoadores que fugiram às perseguições de indígenas da região do São Francisco e se estabeleceram no vale do rio Parnaíba.
- (B) uma postura do autor que questiona a necessidade da ação dos povoadores no Piauí e seu combate aos indígenas.
- (C) a crítica à perseguição ao chamado "gentio", denunciando que os povos indígenas eram pacíficos e já haviam tido suas aldeias destruídas no vale do rio São Francisco.
- (D) uma narrativa épica do povoamento do Piauí, marcado pela introdução da pecuária, sob uma perspectiva que tende a enaltecer os feitos dos colonizadores brancos e suas necessidades.
- (E) as dificuldades do povoamento do Piauí nas grandes planícies de seu território, uma vez que antes da introdução dos rebanhos não havia atividade econômica e nem população habitando a região.



60. Considere o texto a seguir:

Apesar do setor de serviços ainda predominar no PIB do Piauí, com mais de 70% do total, o estudo aponta que a participação da agropecuária e da indústria vem aumentando. Em 2002, a administração pública representava 86% das principais atividades econômicas, seguida por serviços (8,1%), agropecuária (4%) e indústria (1,9%). Em 2021, a administração pública ainda liderava com 87,9%, mas houve um crescimento na agropecuária (5,8%) e na indústria (4,5%).

(Disponível em: <https://www.plauienegocios.com.br>)

Segundo os dados de porcentagem que são apresentados, o maior crescimento econômico e o menor crescimento econômico no período coberto pelo estudo foram, respectivamente:

- (A) nos serviços e na indústria.
- (B) na indústria e na administração pública.
- (C) na administração pública e nos serviços.
- (D) na administração pública e na agropecuária.
- (E) na indústria e na agropecuária.

61. A chamada "Confederação do Equador" foi um movimento que tinha como projeto fundar uma república que seria constituída

- (A) por todas as províncias do Nordeste, com exceção da Bahia e da Paraíba, que encampassem a defesa da soberania política e o desenvolvimento econômico da região.
- (B) pela parte norte do império, o que incluiria o atual Nordeste e parte do Grão-Pará e Maranhão.
- (C) por Pernambuco, centro irradiador do movimento, além de Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Alagoas.
- (D) por parte do Nordeste brasileiro que vinha rompendo os elos políticos com a monarquia exercida por D. Pedro II, principalmente em Pernambuco e na Paraíba.
- (E) pelos líderes provinciais nordestinos que se comprometeram com as ideias republicanas e abolicionistas, apregoados por figuras como Frei Caneca, em Pernambuco, e Manoel de Souza Martins, no Piauí.

62. Durante o período do regime civil-militar (1964-1985), os governadores do Piauí

- (A) foram, a partir de 1966, políticos afiliados ao partido ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e ao PDS (Partido Democrático Social), sigla que sucedeu a primeira em 1979.
- (B) oscilaram entre MDB e Arena, uma vez que os outros partidos foram proibidos e tal revezamento passou a ser recomendado na Constituição de 1967.
- (C) foram todos nomeados por um colégio eleitoral estadual (eleição indireta), havendo predomínio de políticos filiados ao partido da situação.
- (D) eram militares designados diretamente pelo governo federal, uma vez que não houve, nesse período entre 1964 e 1985, eleição direta para governador.
- (E) representavam os interesses das elites locais, que apoiaram candidatos afiliados a um dos dois partidos legalizados, MDB e Arena, os quais estiveram no comando do estado por períodos semelhantes, ao longo do regime.

63. Dentre as situações que põem à prova a ética profissional, existem aquelas em que há "conflito de interesse" no exercício do ofício. Nessas situações, cabe ao profissional

- (A) resolver o conflito, uma vez que deve agir de forma competente e isenta diante dos confrontos e desafios profissionais de qualquer ordem.
- (B) declarar-se impedido de desempenhar sua função na situação dada, uma vez que haja interesse próprio, de familiares, amigos ou fatores pessoais que interfiram no exercício ético da sua função.
- (C) assumir o risco mas expor publicamente a situação de modo a dar a devida transparência ao comprometimento que o envolve, evitando, dessa forma, rumores a respeito de sua conduta.
- (D) comunicar imediatamente seus superiores e exercer sua função assessorado por colegas competentes que possam minimizar sua parcialidade.
- (E) pedir demissão de seu cargo em vista da impossibilidade de arbitrar ou exercer de forma ética sua função naquele caso em específico.

64. O Estado do Piauí possui algumas fazendas tombadas, denominadas ainda no período colonial como "fazendas nacionais". Tais fazendas

- (A) surgiram do propósito da Coroa portuguesa em instituir um sistema de fisco, a fim de cobrar impostos sobre todo tipo de produção que ali se fizesse, no século XVI.
- (B) são datadas do século XVI e eram as sedes de sesmarias importantes que, por sua vez, integravam as primeiras Capitânicas Hereditárias.
- (C) foram criadas pelo governo imperial, no século XIX, e tinham como objetivo fomentar o desenvolvimento de núcleos populacionais.
- (D) originaram-se de sesmarias adquiridas pelos bandeirantes Domingos Jorge Velho e Bartolomeu Bueno da Silva no século XVII, para a criação de gado.
- (E) foram demarcadas originalmente no século XVIII por meio de uma carta régia da Coroa Portuguesa para estimular o povoamento na província.



65. Segundo o último Censo realizado em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as cidades mais populosas do Piauí, além de Teresina, são, em ordem decrescente:
- (A) Picos e Piriri.
 - (B) Parnaíba e Piripiri.
 - (C) Picos e Parnaíba.
 - (D) Parnaíba e Picos.
 - (E) Piripiri e Floriano.
-
66. Acerca da história de Oeiras, destaca(m)-se
- (A) o núcleo de povoamento fundado por iniciativa do Conde de Oeiras, dono de sesmarias em toda a província, que decidiu construir uma vila em torno da igreja Nossa Senhora da Vitória, a edificação mais antiga do Piauí.
 - (B) a origem de seu nome tupi, e a ocupação original desse território por povos indígenas que vivenciaram a instalação de uma missão jesuítica, responsável pela construção da primeira vila na região, a Vila do Poti.
 - (C) o vínculo da então chamada Vila da Mocha com a presença jesuíta, fortalecida com o legado de propriedades que a Companhia de Jesus herdou do bandeirante Domingos Afonso Mafrense.
 - (D) o projeto de ocupação dessa região desabitada com o planejamento da construção de uma vila fortificada, em um período no qual esse território ainda pertencia ao Maranhão.
 - (E) o propósito governamental de criar uma capital para o Estado do Piauí assim que este foi oficialmente desmembrado do Estado do Maranhão, por decisão do Marquês de Pombal.
-
67. Um objetivo e uma consequência da chegada da Coluna Prestes no Piauí foram, respectivamente,
- (A) prosseguir com a marcha pelo Nordeste a fim de conseguir apoio humano e material; o confronto com tropas governamentais com prejuízo destas em Uruçuí.
 - (B) começar o processo de volta ao sul, uma vez que as tropas haviam sido reforçadas no Maranhão; a vitória dos chamados prestistas após cercarem Teresina.
 - (C) rumar dali para o exílio na Argentina, considerando as derrotas acumuladas; a fuga pelo rio Parnaíba após violentos confrontos em Benedito Leite, com vitória para tropas piauienses que lá estavam para impedir a entrada dos revoltosos no estado.
 - (D) angariar reforço de homens e armas para tornar viável a continuidade da marcha até seu destino final que era a cidade de Salvador; a negociação com cangaceiros que guiaram as tropas pelo interior até o Ceará.
 - (E) saquear povoados a fim de abastecer a tropa faminta, para novos enfrentamentos ao Norte; a vitória dos prestistas por todas as cidades piauienses que passaram, até serem derrotados em Pernambuco.
-
68. Considere as afirmações a seguir sobre o rio Parnaíba.
- I. Seu nome, em língua tupi, é uma homenagem de um bandeirante paulista à cidade em que nasceu, Santana de Parnaíba.
 - II. A importância histórica e econômica deste rio, navegável de ponta a ponta, se exemplifica na existência do Porto Piauí desde os anos 1940, para o escoamento de produtos por meio de navios de grande porte.
 - III. Trata-se de um divisor natural entre os estados do Maranhão e do Piauí, sendo alvo de disputas que acarretaram conflitos fronteiriços ao longo de todo o século XIX, os quais só foram solucionados mediante a atuação do Barão do Rio Branco.
 - IV. Em diversos trechos desse rio e seu delta houve exploração intensa de ouro de aluvião no século XVI, o que impulsionou os primeiros povoamentos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) IV.
-
69. O Parque Nacional das Sete Cidades é uma Unidade de Conservação no Piauí, situada
- (A) no noroeste piauiense, que congregava originalmente um conjunto de aldeias que vistas do alto, nos anos 1960, se assemelhavam a sete pequenas cidades, razão de seu nome.
 - (B) na região norte do Estado, que tem essa denominação por abarcar, na totalidade de seu perímetro, sete pequenos municípios piauienses.
 - (C) no entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara, garantindo a preservação de uma área ambiental que abrange sete grutas rochosas com pinturas rupestres e espécimes raras do semiárido.
 - (D) em território indígena, na fronteira com o Maranhão, que abriga ruínas de sete núcleos de povoamento originários da primeira ocupação humana registrada no interior do Nordeste.
 - (E) no norte do Estado, com distintas formações rochosas que foram a inspiração, no final do século XIX, para o nome de sete "cidades".



70. Considere o texto a seguir:

Segundo Solimar Oliveira Lima, uma criança escrava no Piauí era avaliada em cinquenta e oito mil e quinhentos réis, para libertá-la era preciso o equivalente a doze bois ou cinco cavalos. As alforrias eram compradas pelo valor da avaliação do escravo, quanto mais valioso ele era mais cara sua alforria, lembrando que muitos trabalhadores não foram alforriados pelo valor da avaliação [...].

(Adaptado de: SOUSA, Talyta Marjorie Lira. Vozes negras: O processo abolicionista na cidade de Teresina. Contraponto – **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 10, n. 1, jan./jun. 2021, p. 595)

Os dados acima devem ser compreendidos historicamente

- (A) como uma realidade que acompanhou o período de escravidão, no Piauí, durante o qual as crianças eram comercializadas como “bens” de preço mais elevado que qualquer escravo de outra faixa etária.
- (B) no contexto da aprovação da lei do Ventre Livre, a partir da qual todas as crianças com menos de sete anos puderam ter direito à alforria.
- (C) após 1889, quando a Lei Áurea foi decretada, mas as crianças só puderam ser libertadas mediante o pagamento de indenizações a seus patrões, correspondentes ao preço da alforria, no Piauí.
- (D) face à dificuldade da compra de alforrias, ainda que essa possibilidade existisse e houvesse, no Piauí, desde meados do século XIX, sociedades libertadoras dedicadas a esse propósito.
- (E) um século antes das leis abolicionistas, quando foi instituído o direito à alforria de forma exclusiva às crianças em situação de escravidão, no Piauí.

Tecnologia da Informação

71. Um Departamento Estadual está projetando um banco de dados para gerenciar o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O sistema deve incluir as tabelas:

Proprietarios: Dados dos proprietários de veículos (CPF, nome, endereço).

Veiculos: Informações dos veículos (placa, modelo, ano, CPF).

Pagamentos_IPVA: Registro dos pagamentos do IPVA (Codigo_pagamento, valor, data_pagamento, veiculo_associado).

A configuração correta de chaves primárias (PKs) e estrangeiras (FKs) para esse sistema é

- (A) PK de Proprietarios: CPF; PK de Veiculos: Placa; PK de Pagamentos_IPVA: Data de Pagamento; FK em Veiculos: CPF (ref. Proprietarios); FK em Pagamentos_IPVA: Ano (ref. Veiculos).
- (B) PK de Proprietarios: Nome; PK de Veiculos: Modelo; PK de Pagamentos_IPVA: Data_Pagamento; FK em Veiculos: Nome (ref. Proprietarios); FK em Pagamentos_IPVA: Modelo (ref. Veiculos).
- (C) PK de Proprietarios: CPF; PK de Veiculos: Placa; PK de Pagamentos_IPVA: Codigo_pagamento; FK em Veiculos: CPF (ref. Proprietarios); FK em Pagamentos_IPVA: Placa (ref. Veiculos).
- (D) PK de Proprietarios: CPF; PK de Veiculos: Placa; PK de Pagamentos_IPVA: Codigo_pagamento; FK em Veiculos: Placa (ref. Pagamentos_IPVA); FK em Pagamentos_IPVA: CPF (ref. Proprietarios).
- (E) PK de Proprietarios: CPF; PK de Veiculos: Placa; PK de Pagamentos_IPVA: Codigo_pagamento; sem FK nas tabelas.

72. Suponha que uma Receita Federal está implementando um sistema para gerenciar a arrecadação de tributos como Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O banco de dados, aberto e em condições ideais, possui as seguintes tabelas:

tbl_contribuintes: Campos: id_contribuinte (PK), cnpj, razao_social.

tbl_tributos: Campos: id_tributo (PK), id_contribuinte (FK referenciando tbl_contribuintes), tipo_tributo, valor, data_vencimento.

Uma Auditora Fiscal da Receita precisa da lista com o total de valores devidos por tipo de tributo, apenas para tributos com vencimento após 01/01/2025, ordenados pelo valor total em ordem decrescente. O comando SQL correto, considerando boas práticas de nomeação e integridade referencial, é

- (A) `SELECT tipo_tributo, SUM(valor) AS total_valor FROM tbl_tributos WHERE data_vencimento > '2025-01-01' GROUP BY tipo_tributo ORDER BY total_valor DESC;`
- (B) `SELECT tipo_tributo, SUM(valor) FROM tributos WHERE vencimento > '2025-01-01' GROUP BY tipo_tributo ORDER BY 2;`
- (C) `SELECT tipo, SUM(val) AS total FROM tbl_tributos WHERE data_vencimento > '2025-01-01' ORDER BY total;`
- (D) `SELECT tipo_tributo, AVG(valor) AS total_valor FROM tbl_tributos WHERE data_vencimento > '2025-01-01' GROUP BY tipo_tributo ORDER BY total_valor DESC;`
- (E) `SELECT t1.tipo_tributo, SUM(t1.valor) FROM tbl_tributos t1, tbl_contribuintes t2 WHERE t1.id_contribuinte = t2.id_contribuinte AND t2.data_vencimento > '2025-01-01' GROUP BY t1.tipo_tributo ORDER BY 2 DESC;`



73. Um Analista financeiro mantém uma planilha Excel para calcular o lucro mensal, definido como a diferença entre "Receita" e "Custos", para várias filiais. Embora a planilha seja atualizada semanalmente por outra equipe, as colunas "Receita" e "Custos" mantêm esses nomes de forma consistente, mas podem mudar de posição ou ter outras colunas adicionadas/removidas ao redor. O Analista precisa criar uma macro para automatizar o cálculo do lucro em 10.000 linhas, de forma que ela continue funcionando corretamente mesmo após essas mudanças na disposição das colunas. Em condições ideais, a forma mais adequada de criar essa macro para que as referências às colunas "Receita" e "Custos" não sejam perdidas ou fiquem incorretas, garantindo um cálculo confiável do lucro, é
- (A) contar com a memória de versões anteriores do Excel para tentar localizar as colunas desejadas, mesmo que tenham mudado de lugar.
 - (B) gravar uma macro simples que use apenas as referências de células "C2" (Receita) e "D2" (Custos) para o cálculo, confiando que as colunas não se moverão.
 - (C) criar uma macro que localize as colunas "Receita" e "Custos" na linha 1, mas dependa de sua ordem fixa (exemplo: "Receita" sempre antes de "Custos").
 - (D) adicionar uma validação manual toda vez que a planilha for atualizada, para garantir que "Receita" e "Custos" estejam na posição esperada.
 - (E) converter a planilha em uma tabela estruturada do Excel e criar a macro referenciando diretamente os nomes das colunas "Receita" e "Custos" dessa tabela.
-
74. Um servidor de rede de uma Secretaria da Fazenda, que armazena informações financeiras confidenciais, foi configurado com um *firewall* que permite apenas o tráfego essencial para seu funcionamento. Além disso, todos os arquivos armazenados estão criptografados. No entanto, durante uma auditoria de segurança, foi identificada uma vulnerabilidade em um *software* de terceiros instalado no servidor. A medida adicional mais crucial para mitigar o risco de exploração dessa vulnerabilidade e potencial acesso aos dados é
- (A) realizar testes de penetração regulares para identificar e corrigir os antivírus, trocar o equipamento e outras possíveis vulnerabilidades.
 - (B) desabilitar completamente o acesso remoto a esse servidor.
 - (C) implementar um sistema de detecção de intrusão para monitorar atividades suspeitas.
 - (D) garantir que todas as estações de trabalho dos usuários que acessam o servidor possuam um antivírus atualizado.
 - (E) reforçar a política de senhas para o acesso ao servidor com requisitos ainda mais complexos.
-
75. Um alerta de segurança informa que diversos funcionários de um órgão público receberam *e-mails* com um anexo em formato ".pdf" intitulado "Notificação Urgente – Processo Administrativo". Ao abrir o anexo, os computadores são infectados por um *software* que criptografa todos os arquivos do disco rígido e exibe uma mensagem exigindo um pagamento em criptomoeda para a recuperação dos dados. O tipo de *malware* utilizado nesse ataque e a tática de engenharia social empregada foram, correta e respectivamente:
- (A) *worm* – confiança e familiaridade.
 - (B) *vírus* – intimidação e urgência.
 - (C) *trojan* – curiosidade e autoridade.
 - (D) *ransomware* – intimidação e urgência.
 - (E) *spyware* – ganância e oportunidade.
-
76. Um Auditor Fiscal da SEFAZ analisou a proposta de um edital para contratação de um aplicativo totalmente baseado em nuvem, gerenciado totalmente pelo provedor, sem a necessidade de instalação ou manutenção por parte do usuário, incluindo todas as atualizações, correções de *bugs* e manutenção geral, sendo acessível diretamente via navegador *web*. O modelo de serviço constante no edital é o
- (A) FaaS
 - (B) SaaS
 - (C) PaaS
 - (D) IaaS
 - (E) CaaS



77. Uma nova Secretaria da Fazenda está instalando Linux e Windows 11 via *dual boot* e criou uma apostila para ensinar a operar tais sistemas. Nessa apostila constam as seguintes características desses sistemas:
- I. Os diretórios `/home` e `/etc` são destinados, respectivamente, aos arquivos pessoais dos usuários e arquivos de configurações do sistema.
 - II. A partir do PowerShell é possível executar comando e criar scripts para automação.
 - III. Oferecem ambientes gráficos intuitivos, como GNOME e KDE Plasma.
 - IV. A instalação de pacotes pode ser através de gerenciadores de pacotes como o DPKG e o RPM.

As características I, II, III e IV referem-se, correta e respectivamente, ao

- (A) Linux – Windows 11 – Linux – Linux.
 - (B) Windows 11 – Linux – Linux – Linux.
 - (C) Linux – Windows 11 – Linux – Windows 11.
 - (D) Windows 11 – Linux – Linux – Windows 11.
 - (E) Windows 11 – Linux – Windows 11 – Linux.
-
78. Durante a implantação de um sistema de apoio à decisão em uma Secretaria da Fazenda, foi definido o uso de um Data Warehouse (DW) para armazenar dados históricos de arrecadação e fiscalização tributária. Neste cenário, o ambiente de dados
- (A) utiliza o DW para processar dados semiestruturados e não estruturados provenientes de sistemas transacionais e priorizar a integração com dados estruturados também coletados dos bancos de dados operacionais.
 - (B) integra as tabelas fato, que preferencialmente contêm dados desnormalizados, pois isso aumenta a integridade referencial dos dados históricos.
 - (C) utiliza os bancos de dados multidimensionais, conhecidos como OLTPs, para a análise dos grandes volumes de dados históricos, pois estes otimizam consultas complexas com junções em múltiplas tabelas fato.
 - (D) contempla a etapa de Transformação do ETL que aplica regras de negócios, derivação de novos atributos e ajustes de granularidade dos dados, de modo a adequá-los ao modelo dimensional e às necessidades analíticas.
 - (E) é criado em um DW orientado a temas, no qual as tabelas de dimensão armazenam eventos mensuráveis e quantitativos, como valores financeiros ou quantidades de processos fiscais analisados.
-
79. Durante o desenvolvimento de *dashboards* gerenciais em uma Secretaria da Fazenda, foi necessário integrar dados oriundos de sistemas distintos: sistema de arrecadação tributária, sistema de fiscalização eletrônica e planilhas manuais de acompanhamento operacional, dentre outros. Uma Auditora Fiscal utilizou o Power BI e o Tableau, seguindo a seguinte orientação:
- (A) No Power BI, quando o ambiente integra diferentes fontes de dados é uma boa prática usar o Power Query, que utiliza a linguagem de *script* M, para realizar transformações, normalização de dados e padronização de tipos antes do carregamento dos dados no modelo analítico.
 - (B) No Power BI, o uso de colunas calculadas que utilizam fórmulas DAX (*Data Analysis Execution*) é a prática mais indicada para otimizar o desempenho de consultas em grandes volumes de dados integrados, pois essas colunas armazenam os cálculos diretamente na fonte.
 - (C) No Tableau, a criação de *unions* entre fontes de dados publicadas pode ser realizada sobre quaisquer grandes volumes de dados, visto que o processamento ocorre sempre na camada de visualização, não afetando a performance. Além disso, ao se alterar o tipo de dados depois de unir as tabelas, a união será mantida.
 - (D) No Power BI, os dados carregados em memória por meio do modo *Import* podem ser automaticamente atualizados em tempo real, sem necessidade de configuração adicional no serviço *online*, através de arquivos *.pbix*, que armazenam entre 1 PB e 10 PB de dados.
 - (E) No Tableau e no Power BI, a definição de medidas DAX ou cálculos LOD são cruciais em operações que exigem cruzamento de múltiplas fontes de dados, pois tais recursos permitem o controle da granularidade que se deseja computar: em um nível mais granular (*EXCLUDE*), menos granular (*INCLUDE*) ou em um nível independente (*FIXED*).
-
80. Em uma Secretaria da Fazenda, a equipe de planejamento estratégico está revisando o painel de indicadores utilizados para monitorar o desempenho da arrecadação tributária e a efetividade das ações fiscais. Os dados são consolidados a partir de sistemas internos e bases externas, e a definição adequada dos KPIs é fundamental para a tomada de decisão. O indicador
- (A) “valor total das despesas operacionais da Secretaria” é adequado para medir o desempenho do setor responsável pela fiscalização de tributos estaduais.
 - (B) “valor total de autuações fiscais emitidas no mês” é apropriado para medir a eficiência da fiscalização, mesmo sem considerar o percentual efetivamente recolhido.
 - (C) “percentual de recuperação de créditos tributários decorrentes de ações fiscais finalizadas no período”, que é calculado pela razão entre o valor recolhido e o valor total autuado, é adequado para medir a efetividade fiscal.
 - (D) “número de novos contribuintes cadastrados no sistema da Secretaria ao final do mês” é eficaz para mensurar a produtividade das equipes de fiscalização de campo.
 - (E) “total de processos fiscais em tramitação” reflete a agilidade dos procedimentos fiscais e a eficiência do setor de arrecadação.